

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Leia neste número :

- Psicopolítica e Contrapsicopolítica
- Amazônia Brasileira — Aspectos Psicossociais
- Viaturas Blindadas ou Sistemas-de-Armas ?

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Número 664	Rio de Janeiro, RJ — Nov/Dez de 1975	ANO 62.º
---------------	--------------------------------------	-------------

ÍNDICE

CULTURA GERAL

	Págs.
PSICOPOLÍTICA E CONTRAPSICOPOLÍTICA — Gen Bda Helle Lemos	3
AMAZÔNIA BRASILEIRA — ASPECTOS PSICOSSOCIAIS — Gen R/1 Frederico Rondon	41
PROBLEMAS DA ORGANIZAÇÃO MODERNA — Maj Inf QEMA Omar Lima Dias	71

CULTURA PROFISSIONAL

VIATURAS BLINDADAS OU SISTEMAS-DE-ARMAS? — Cel QEMA Zolá Pozzobon	81
OS PROJÊTEIS NUCLEARES E SUA FABRICAÇÃO — Gen Luiz Carreras Gonzalez	85
ORIENTAÇÃO AOS FUTUROS COMANDANTES	93
SUBSIDIOS PARA UM MANUAL DE TIRO AO ALVO — IV Parte — Maj Art QEMA Ronaldo Marcello A. Martins	101
Publicações Recebidas	70

ÚLTIMA CAPA

RETRATO DE DOM PEDRO II

Psicopolítica e Contrapsicopolítica

Gen Bda
HELIO LEMOS

I — INTRODUÇÃO

1. GENERALIDADES

O assunto de que vamos tratar aqui não é novo, apenas não tem sido devidamente divulgado para permitir, a todos, uma compreensão correta. Por este motivo, observa-se que até autoridades de responsabilidade, que não se encontram esclarecidas, cometem erros graves, que comprometem, inclusive, as instituições que dirigem, ao repetirem, inadvertidamente, opiniões incorretas e tendenciosas que lêem nos jornais.

Imaginamos que, no decorrer da apresentação deste trabalho, contribuiremos para uma interpretação mais apropriada de alguns acontecimentos do presente que vêm preocupando, indistintamente, todas as pessoas.

É provável ainda que ao concluirmos esta explanação tenhamos tornado mais fácil o entendimento sobre o que vem acontecendo em torno da droga, do sexo, do terrorismo, do comunismo russo e da psicopolítica.

2. ESCRAVIZAÇÃO DO HOMEM

A escravidão máxima do homem é alcançada quando, além do domínio sobre sua liberdade física, não lhe permitindo o direito de ir e vir, é atingido também o domínio sobre sua alma através da violência constante sobre sua mente.

Esperava-se que, a partir da Abolição da Escravatura o homem passasse a ser realmente livre, mas está acontecendo outra verdade, pois criou-se nova forma de escravização em nome de ideologias extremistas e extremadas praticadas neste século. Assim ocorreu na Alemanha Nazista quando a personalidade magnética de Hitler dominou as mentes de quase todos os alemães, levando-os a uma guerra inglória que acabou destruindo a própria Alemanha. Da mesma forma, vem acontecendo, no presente, com a União Soviética.

Ao final desta palestra, saberemos até onde pretende aquele país chegar com seu fanatismo nessa marcha para hipnotizar os homens, escravizando-os a serviço de sua ideologia.

Essa forma ideológica de escravização total do pensamento e da ação dos homens tem feito, neste século XX, mais maldades do que as cometidas pelos mais cruéis escravizadores que a História da Civilização do mundo registra.

3. NOTÍCIA SOBRE A RÚSSIA

É extremamente difícil conhecer-se a verdadeira história da Rússia porque as necessidades políticas do presente levam seus dirigentes a remodelarem o passado, criando uma história falsa.

Para isso os historiadores do Estado (e lá todos o são) falsificam documentos, deturpando a verdade dos acontecimentos e assim fica deformada a história verdadeira.

Por esses motivos, quem quiser conhecer um pouco mais da história da Rússia deve consultar, também, livros e documentos de autores proibidos na Rússia ou clandestinos (samizdat) como por exemplo: Yakir, Krazin, Amalrik, Soljenitsin, Sakarov, e outros, já punidos pelo atual governo russo.

Neste pequeno esboço histórico pretendemos responder às seguintes perguntas:

- O que é o Estado Soviético?
- Quais as pretensões da Rússia?
- Qual o regime na Rússia?
- Porque o povo soviético aceita o regime?
- Qual a personalidade do homem no Estado Comunista?
- Qual a realidade na Rússia quanto ao progresso individual?

a. O que é o Estado Soviético?

O Estado Soviético originou-se do pequeno principado de Moscou que se transformou no maior país de extensão territorial do mundo, em consequência da conquista, não somente dos povos eslavos, mas também, de dezenas de nações européias e asiáticas. Por isso é que a população de origem russa constitui a minoria.

A organização patriótica russa preconiza a primazia dos russos entre todas as nacionalidades que integram a União Soviética.

b. Quais as pretensões da Rússia?

Crêem os russos no seu papel messiânico para salvar a humanidade e por isso cultivam extremo desprezo, chegando até a hostilidade, em relação a tudo aquilo que não é russo. Os russos têm o anseio da expansão permanente e desejam o domínio sobre o mundo.

c. Qual o regime na Rússia?

A Rússia não professa o socialismo de Marx, nem mesmo o Marxismo-Leninismo; este serve apenas de suporte ideológico do regime, para fins de propaganda.

A doutrina marxista, que serviu de base à revolução de 1917, já foi revista inúmeras vezes e modificada para se adaptar às necessidades correntes de cada governo que assume a direção do país.

Pensam assim atingir uma ideologia a que chamam de Nacionalismo Russo.

Na realidade a filosofia desse Nacionalismo Russo é a seguinte:

Todos aqueles que detêm uma parcela de autoridade desejam perpetuar-se no Poder, como é lógico. Então todas as autoridades aceitam as adaptações que lhes são impostas em troca de sua permanência no cargo. Por esse motivo, prestigiam o Poder, pois, defendendo o Poder estarão resguardando seu próprio interesse.

Quem reagir será eliminado.

Logo o impulso que mantém o regime russo é o da autopreservação, isto é, de um lado, a força do Poder para manter as autoridades e, do outro lado, a "coesão" das autoridades para manter o Poder.

"A idéia de Poder não se liga nem à doutrina marxista nem à tradição histórica, nem à personalidade do chefe que ocupa o Poder, mas tão-somente à detenção do Poder pelo Poder". (5)

Por isso é que a filosofia do regime russo é o da autopreservação.

"Bem comparando seria como um cão correndo atrás do próprio rabo".

Definindo o regime russo juridicamente seria:

"Ditadura Totalitária Burocrática" por eles chamada de "Comunismo Russo" para uso externo.

Na Rússia só há o direito público, isto é, o direito do Estado. Não há o direito privado, a não ser teoricamente, como promessa falsa.

O certo ou o errado é analisado em relação ao interesse da autopreservação.

Lá, toda tentativa de elaboração de códigos tem caído por terra porque qualquer deles resultará no enfraquecimento do Poder do Estado, pois a decisão teria que passar para o âmbito do Poder Judiciário.

d. Por que o povo soviético aceita o regime?

O povo aceita o regime porque não tem outra solução; de um lado, como todos sabem, foi implantada a cortina de ferro e, de outro lado, o homem vive condicionado sob a pressão do medo, ameaçando-o continuamente e tornando-o escravo. Na marcha permanente para o domínio sobre o ser humano o governo russo instituiu a prática da Psicopolítica, e organizou o Manual de Psicopolítica.

Com seu fanatismo pretende a Rússia, além de manter o domínio sobre seu povo, conquistar o mundo e mantê-lo sob sua hegemonia.

Para isso passaram, também, a aplicar a Psicopolítica em cada país a ser conquistado.

e. Qual a personalidade do homem no Estado Comunista?

Na Rússia a lealdade do homem não é uma virtude do caráter como nas democracias ocidentais. Lá, lealdade é pura disciplina em relação aos objetivos do Estado Comunista. Lealdade para os comunistas é uma obrigação; quando o indivíduo não é leal tem que ser submetido a ação da psicopolítica para tornar-se leal.

A obediência também é obrigação; o homem que se nega a obedecer deve também ser castigado e receber tratamento psicopolítico até cumprir sua obrigação de obediência. No comunismo da Rússia não há destaque à personalidade individual. Lá prevalecem os organismos e não as pessoas.

Portanto, não há líderes, predominando, apenas, a força das autoridades constituídas.

Na concepção comunista, os objetivos do homem não são aqueles que cada um fixa para si mesmo e persegue por conta própria. Não são também aqueles que provêm da liberdade que pretendem gozar como em nossa democracia, mas, sim, exclusivamente, os objetivos do Estado Comunista.

Na Rússia, o homem não pode ter a pretensão de interpretar os objetivos do regime. Se tentar fazê-lo, isso será considerado uma demonstração de teimosia, de individualismo, de iniciativa egoísta ou capacidade de criatividade, para eles considerados como "enfermidades". Precisa então ser submetido ao "tratamento mental" conseqüente, para sua domesticação e para que seja cumprido o objetivo de torná-lo leal e obediente ao Estado Comunista.

A tarefa caberá à psicopolítica.

f. Qual a realidade na Rússia quanto ao progresso individual?

O comunismo não admite o progresso individual, por isso nenhuma pessoa poderá possuir fartura de bens e nem gozar de conforto pessoal, resultante de seu próprio esforço, daí por que o equilíbrio entre fartura e a necessidade de cada um é incumbência do Estado Comunista.

Como os governos russos reconhecem que a situação de fartura jamais será atingida é, por isso mesmo, criada nas massas, por domesticação, a aceitação tácita de um estado de semiprivação.

Fica, assim, anulada a vontade individual. É por isso que o povo russo acha que o bom para ele é aquilo que as autoridades acham que é realmente bom. Este é o espírito predominante.

Vive o povo russo nessa situação de submissão que aceita porque a sociedade está domesticada e isolada do mundo.

Qualquer desejo individual de progresso, por acaso persistente, fica anulado pelo medo diante da ameaça da perda de tudo, inclusive do mínimo correspondente ao estado de semiprivação.

g. Conclusões

- A Rússia cultiva o desejo de expansão permanente e deseja dominar o mundo.
- A União Soviética é uma Ditadura Burocrática Totalitária.
- O impulso do regime russo é o da Autopreservação.
- A lealdade e a obediência são obrigações do homem russo e não virtudes da personalidade.
- O Estado é que prevê e pensa atender a todas as necessidades do homem, inclusive sua felicidade plena.
- A aplicação da psicopolítica levou o povo russo à domesticação e ao completo domínio pelo regime lá vigente.

II — PSICOPOLÍTICA

1. DEFINIÇÃO

“A Psicopolítica é a arte e a ciência de obter e manter o domínio sobre o pensamento e as convicções dos homens, dos organismos e das massas e de conquistar as nações inimigas por meio do tratamento mental.” (1)

2. CONSIDERAÇÕES

A Psicopolítica é, na verdade, a ciência que visa o Domínio das Mentes dos Homens e a Domesticação dos Povos e das Nações e, quem sabe, até da Noosfera que seria a “Alma da Terra”.

O Manual Russo de Psicopolítica contém todos os procedimentos a serem seguidos pelos Psicopolíticos.

Dizem os comunistas que as democracias ocidentais creem que a guerra se faz com soldados e artefatos bélicos, no entanto, para eles a guerra é feita com a Psicopolítica.

Até a inutilização do armamento inimigo se obtém com processos da Psicopolítica.

Na formulação da Psicopolítica e suas atividades correlatas os comunistas apóiam-se no progresso das ciências fisiológicas ou psicossomáticas e psiquiátricas deste século. Aham os russos que se conseguirem atingir, com a Psicopolítica, seus objetivos, em todas as nações capitalistas do mundo, terão dominado todos os seus inimigos sem dar um tiro.

No ano de 1970 a Rússia já dominava cerca de 1/6 do mundo habitável.

Com a prática da Psicopolítica pela Rússia e pela China, povos inteiros têm sido convertidos em laboratórios, onde indivíduos ou grupos de indivíduos são submetidos a técnicas de domesticação, como se fossem verdadeiros animais.

A Psicopolítica é realmente um recurso diabólico. Ela proporciona os meios com os quais se elimina a personalidade humana e se obtém a alienação mental das pessoas. Vise, ainda, a criação e manutenção de um estado de semiprivação das massas (aceito por domesticação) com o fim de facilitar o controle da nação e a impor uma limitação nos anseios do homem para não permitir seu progresso individual.

Através da atuação dos psicopolíticos, tem a Rússia conseguido alterar a literatura democrática dos Estados Unidos e tem introduzido, naquela nação, os princípios de Karl Marx e os fundamentos do materialismo dialético, nos textos estudantis de psicologia a tal ponto que qualquer um que estude a fundo a psicologia se converterá em candidato a comunista militante.

Informa-se, ainda, que segundo consta quase todas as cátedras de psicologia nos Estados Unidos estão em mãos comunistas. (1)

A confiança da Rússia na eficiência da Psicopolítica leva-a a fazer a propaganda pela paz e pelo desarmamento mundial, certa de que conquistará o mundo sem dar um tiro.

Revela assim, de maneira hipócrita, sua pretensa intenção pacífica, quando, na realidade, já começou a guerra clandestina contra todas as nações democráticas do mundo.

Por este motivo é que achamos que não devemos dialogar com terroristas, mas tratá-los como inimigos, pois, já estamos, praticamente em guerra contra o comunismo.

3. REFLEXOS CONDICIONADOS (2)

Para a execução da Psicopolítica, os russos procuram condicionar a mente dos homens e das massas, utilizando-se dos reflexos psicológicos naturais do organismo humano, transformando esses reflexos em reflexos condicionados.

Vejamos o que é Reflexo Condicionado.

Quando um pai verifica que não pode obter a obediência tácita do filho ele recorre ao castigo que aplica nem sempre de forma compatível com a reação da criança. Em consequência conclui que a criança passou a obedecê-lo mais docilmente. Na verdade, a atitude da criança passou a ser condicionada à ação violenta do pai, adquirindo, portanto, um reflexo condicionado.

Há outros reflexos que não deixam de ser condicionados mas que atuam de maneira benéfica no homem para melhor realização na vida, por exemplo:

Na profissão militar, a ordem unida, as continências, os toques de cornetas, etc., criam reflexos condicionados no militar que, por outro lado, são necessários e benéficos ao desempenho da profissão.

Mas, os reflexos condicionados que os russos procuram criar no homem visam a dominar a mente para sua escravidão integral e assim obrigá-lo a aceitar pacificamente sua doutrina. Eles partiram de estudos realizados pelo cientista russo Ivan Petrovich Pavlov sobre os reflexos condicionados nos animais e, depois, procuraram aplicar esses estudos no homem. Uma das primeiras experiências de Pavlov em animais levou-o à seguinte conclusão:

"Se no momento em que se der uma ração alimentar a um cão, for produzido um ruído que fixe o acontecimento, isto é, se, por exemplo for tocado um sino ou uma campainha e se essa prática for repetida várias vezes, com o mesmo cão, haverá no sistema nervoso de comando das reações do animal um correlacionamento entre os dois fatos: A Ração dada e o Som emitido, estabelecendo-se assim o reflexo condicionado. "Assim, toda vez que for tocada a campainha o cão salivará e se dirigirá para o local da ração."

Os russos admitem que o mecanismo do reflexo condicionado funciona no homem da mesma maneira que no animal.

Na fase de implantação, no indivíduo, do reflexo condicionado, as ordens dadas são acompanhadas das Restrições, do Castigo ou da Violência, recomendadas em cada caso, de acordo com a reação do paciente, até que sua passividade seja integral, isto é, proporcione as condições de obediência consideradas ótimas.

Se o indivíduo apresenta reação mental forte, procurar-se-á atingi-lo, lançando mão de recursos complementares, por exemplo, quando cansado e mal alimentado o indivíduo tem menor resistência. Então, impedem-no de dormir e tiram-lhe o alimento até conseguirem dominá-lo.

Obtém-se, ainda, o esgotamento da pessoa de forma artificial, utilizando os efeitos da droga. Um outro recurso de que lançam mão é o da hipótese que cria maiores facilidades de domínio do homem.

Se a reação do indivíduo for total e não for possível condicioná-lo será ele conduzido, ainda artificialmente, à loucura ou ao suicídio.

Certos medicamentos têm a propriedade de provocar a doença mental para daí conduzir o indivíduo ao condicionamento, através da cirurgia do cérebro que eliminará definitivamente sua personalidade ou o levará à loucura ou ao suicídio.

O sexo é outro recurso complementar que contribui para a degradação da pessoa e sua submissão total, de forma servil.

No entender dos russos, o homem Pode e Deve ser condicionado e adestrado, do mesmo modo como se Adestra um Cachorro ou um Cavalo.

Para dominar os homens os russos adotam uma série de processos que são divulgados ostensivamente, para criar, em toda a coletividade atingida, o medo, visando conduzir a comunidade à submissão.

Assim, mantêm a conquista de toda a população da Rússia e dos países satélites e, do mesmo modo, pretendem dominar todos os povos do mundo.

Mesmo admitindo-se tais possibilidades, compreendemos, nós das sociedades democráticas ocidentais, que não poderíamos aceitar tal prática. Basta considerarmos o significado do ser humano para nós. O homem, sendo um ser superior que se afirma pela Inteligência e pela Vontade, através de seu livre raciocínio, não pode ser transformado num animal para ser adestrado a serviço de uma doutrina qualquer ou de um Estado Indevido. Por mais que tentem isolar o homem do transcendental ele mais reagirá pois é, por constituição, um animal racional metafísico.

No mundo ocidental, predomina a idéia de que as descobertas e mesmo as máquinas inventadas pela ciência e tecnologia não representam valor em si. Valem na medida em que concorrem para aumentar a felicidade e a liberdade do homem, nunca para infelicité-lo ou eliminá-lo.

4. OBJETIVOS DA PSICOPOLÍTICA (1)

Concluindo esse ligeiro esboço sobre o problema do reflexo condicionado, aplicado pelos russos, afirmamos que eles, ao empregá-lo visam a oferecer condições para que os psicopolíticos russos alcancem os seguintes objetivos:

- Docilidade do indivíduo;
- Mudança de convicções do indivíduo;
- Obtenção do idiota útil para cooperar com os psicopolíticos;
- Mobilização de criminosos condicionados;
- Alienação das pessoas;
- Desmoralização da família e das autoridades;
- Degradação das coletividades e populações;
- Eliminação dos reacionários;
- Controle de grupos de pessoas, das comunidades e, finalmente, a conquista das nações.

Esses objetivos constituem, como é lógico, etapas na marcha para a conquista das populações, visando ao domínio do mundo, sem necessidade de declaração de guerra.

Eis aí a síntese e os propósitos da psicopolítica aplicada pela Rússia.

5. PROCESSOS DA PSICOPOLÍTICA (1)

Para conseguirem os objetivos acima os russos utilizam uma série de processos.

Esses processos variam desde um simples trabalho de persuasão ou castigo leve, até o máximo de violência, para obter o domínio sobre o homem, sua completa alienação mental ou seu suicídio.

São os seguintes os processos:

- Persuasão;
- Privações, castigos, punições;
- Violência física e mental;
- Hipnose;
- Degradação moral;
- “Psicoterapia” (Neurocirurgia, Droga, Eletrochoque, Choque);
- Sexo;
- Alienação mental.

Descreveremos, a seguir, um desses processos.

a. Persuasão

É a aplicação da dialética esmagadora do comunismo para convencer o indivíduo e o povo de uma nação a se entregar ao Estado Russo. É o processo tradicional, considerado hoje um tanto ineficiente, se utilizado isoladamente e sem planejamento.

b. Privações, castigos, punições

Entre as privações citam-se:

- De alojamento;
- De alimentação;
- De hábitos e vícios (cigarro por exemplo);
- De confortos em geral;
- Isolamento da pessoa, etc..

As privações, os castigos e as punições visam à anulação da teimosia, da cobiça, do orgulho, da preguiça, da ambição, do egoísmo, do individualismo, do poder criativo, da rebeldia, da resistência mental da pessoa, etc..

A gradação, na aplicação, pode variar desde a obrigação de uma atividade que exija pequeno esforço físico, até trabalhos pesados de variada intensidade.

Um pequeno castigo, insistentemente aplicado e repetido, pode conduzir o homem ao estado de Hipnose Superficial ou mesmo Profunda com todas as suas conseqüências sinistras que trataremos adiante.

c. Violência Física e Mental

Como o nome indica, são insultos ao ser humano obtidos de forma direta ou indireta.

O emprego da violência física pode resultar de uma obrigação de trabalho que indiretamente atinja a constituição mental e física da pessoa ou, de forma direta, quando compreende a brutalidade, a selvageria e a barbárie para conseguir o domínio da mente humana.

A violência brutal pode levar a pessoa ao estado de choque e de Hipnose Profunda com todas as suas Cruéis conseqüências que mostraremos, ao tratamento da hipnose.

A violência sob qualquer das formas desejadas constitui prática aplicada nos campos de concentração, organizados na Rússia, e até hoje mantidos em atividade, segundo as mais recentes notícias publicadas.

d. Hipnose

Dizem os comunistas que os países democratas do ocidente acreditam que hipnose é assunto ligado à capacidade de atenção das pessoas ou ao estado do inconsciente e que são poucas as pessoas que têm condições de ser hipnotizadas. Isso não é verdade, uma afirmação totalmente falsa, dizem os comunistas.

O hipnotismo pode ser conseguido por simples concentração do hipnotizador e da pessoa a ser hipnotizada, mas não

é só dessa forma. Aham os russos que todas as pessoas são hipnotizáveis, desde que se lhes apliquem o castigo adequado, na intensidade compatível. Então, pela violência, o hipnotismo é conseguido de forma eficaz e invariável. Com o uso da violência, as resistências individuais se anulam, entrando a pessoa em estado de hipnose; depois estará controlada e dominada.

Em certos casos, para se obter o estado hipnótico, mais rapidamente, poderá ser lançado mão do choque, do eletro-choque, da droga ou de qualquer outro meio auxiliar.

A hipnose se induz ainda pelo choque emocional, por privações extremas e pelo medo servil.

Em conclusão, o hipnotismo, quando desejado é conseguido, ficando o paciente em situação inteiramente favorável a mudar totalmente de convicção.

Uma pessoa hipnotizada Superficialmente (hipnose de salão) nunca age de maneira violenta, mas torna-se obediente. Porém, se a hipnose for obtida de forma Profunda, pela violência, por exemplo, atenderá prontamente às Ordens Impostas e agirá de forma violenta. Um indivíduo hipnotizado por esse processo, pode matar o próprio pai, com a maior frieza.

Conclui-se, daí, que um terrorista assassino é um hipnotizado profundamente.

O Neo-hipnotismo massivo é aplicado para alterar as convicções e as lealdades de uma nação inteira e em pouco tempo.

Isso se faz pela implantação do medo, através do terrorismo, executado de forma generalizada e indiscriminada.

O medo leva à hipnose que anula a capacidade de reação das pessoas e da população. Aí os psicopolíticos adquirem condições de prosseguir na ação até a conquista final da nação em causa.

Estamos assistindo a essa ocorrência em várias nações.

e. Degradação Moral

A degradação moral e a conquista das nações marcham juntas.

Quando a fase de conquista tiver que atingir uma nação, a degradação moral é iniciada com a difamação e desmoralização das autoridades constituídas e do governo.

Assim são minadas as resistências do povo e da nação. São utilizados todos os processos possíveis a critério dos psicopolíticos.

O sexo, por exemplo, é um instrumento conveniente à degradação, servindo admiravelmente para desmoralização das autoridades, como vem ocorrendo em várias partes do mundo. A degradação é conseguida com a divulgação de atos e promiscuidades sexuais, habilmente documentados.

f. "Psicoterapia" — "Cura Mental"

A "psicoterapia" ou "cura mental", no entender dos russos, são títulos para camuflar os verdadeiros propósitos. São compreendidos na psicoterapia os seguintes processos:

- O eletrochoque e o choque;
- A droga;
- Neurocirurgia.

1) *O Eletrochoque — Choque*

São dois perigosos e duvidosos tratamentos psiquiátricos. Produzem eles no paciente, uma atitude de submissão. Visam, anular a personalidade dos indivíduos rebeldes, para facilitar sua domesticação.

Podem ainda perverter e alienar a personalidade dos pacientes a tal ponto que os converterá em escravos, tornando-os capazes de cometer ações indignas.

Esses processos servem para desacreditar o indivíduo ou a família do mesmo.

São também processos utilizados para a obtenção da docilidade, dependendo da intensidade do emprego. Se usados intensamente corresponderão à violência brutal e levarão o paciente à hipnose profunda.

2) *A Droga*

A droga é normalmente ministrada como meio auxiliar, complementar, para a conquista da mente humana. Entretanto, dependendo de sua finalidade e da dosagem pode causar no paciente os seguintes efeitos:

- Esgotamento temporário (artificial);
- Dependência;
- Desequilíbrio psíquico;
- Neurose;
- Sintomas de demência;
- Enfermidades mentais;
- Desmoralização;
- Alienação mental;
- Vontade de suicidar-se.

As drogas denominadas Mescalina e Peyote provocam sintomas de demência.

O Ácido Lisérgico com Dictilamida (LSD) causam enfermidades mentais.

Há ainda outros produtos químicos utilizados pelos psicopolíticos, específicos para a realização do teste "N", destinado a comprovar a enfermidade mental do paciente, apresentado no consultório.

O medicamento ministrado no paciente possibilitará que os resultados do teste "N" revelem enfermidade mental, mesmo que o indivíduo esteja bom.

Esse medicamento, bem como o teste "N" são NIA (Normas Gerais de Ação) em todos os hospitais da Rússia e nos países conquistados.

Localizada a "doença" fica a pessoa sujeita ao "tratamento" que conduzirá o paciente à verdadeira loucura ou ao suicídio.

Os médicos psiquiatras-psicopolíticos estão sempre em condições de atuar, da mesma maneira, em qualquer país do mundo, em que exerçam sua "profissão".

Acham os russos que é muito melhor travar a guerra com o uso da droga do que com a demagogia do pão e da fome. Os russos e os chineses desenvolvem, no mundo, grande comércio de drogas, incentivando o consumo, com o fornecimento gratuito aos jovens, para que se tornem viciados, atingindo a fase de dependência e assim facilitem a sua desmoralização ou a degradação de suas nações, como futuras autoridades.

O comércio de drogas está também ligado ao enriquecimento fácil pelo seu elevado valor para os viciados. Os governos do ocidente estão alarmados e profundamente perturbados com o enorme consumo de drogas pelos jovens.

O alcoolismo dentro de certos limites se assemelha à droga em seu efeito e emprego.

3) A Neurocirurgia

A neurocirurgia para os psicopolíticos resume-se na cirurgia do cérebro que compreende, em síntese, dois tipos de intervenção:

- a lobotomia pré-frontal
- a leucotomia transorbital

Ambas trazem resultados surpreendentes quanto ao aspecto de eliminação da personalidade do paciente.

Por esse motivo os psicopolíticos infiltram-se nos meios médicos, utilizando psiquiatras, psicólogos ou mesmo charlatães para conseguirem seus intentos, de eliminarem a personalidade das pessoas.

Não existem estatísticas, dizem os russos, que indiquem que a cirurgia do cérebro tenha outra indicação que não seja a de eliminar a personalidade. A única recomendação admissível para esses tipos de operação no cérebro seria no caso de doentes de câncer, visando a eliminação da dor insuportável.

Somente atores comunistas poderiam anunciar resultados satisfatórios da operação no cérebro, por eles praticadas.

A neurocirurgia tem as seguintes características que disfarçam seu emprego:

- É uma operação elementar;
- Dá certeza da erradicação dos reflexos, isto é, perda da personalidade;
- Provoca o cretinismo e o idiotismo;
- Não possibilita comentários a respeito dos fracassos, porque, antes, o indivíduo foi induzido, artificialmente, ao estado de demência e a família concordou com a operação.

Desejam os comunistas estabelecer equipes de psiquiatras e psicopolíticos em cada unidade dos Exércitos das nações, a serem conquistadas e em cada hospital dessas nações e desejam ainda controlar os oficiais, para anular-lhes a ação.

g. Sexo

O sexo serve, admiravelmente, para os fins de desmoralização.

É um dos mais importantes recursos de que os psicopolíticos lançam mão para perverter e alienar a personalidade do indivíduo, principalmente das autoridades, para anulá-

las e convertê-las em escravos. Depois, conduzem essas autoridades a cometerem ações indignas. Daí partem para o descrédito das famílias, dos governos e passam à degradação da nação.

Para a excitação sexual, procuram divulgar a literatura erótica e assuntos de sexo, usando todos os meios de propaganda possíveis (cinema, teatro, revistas, livros, televisão, rádio, jornais, exposições públicas, etc.).

A promiscuidade sexual é também incentivada como uma necessidade humana. Constitui forma de desmoralização que procuram documentar para fins da propaganda degradante.

h. Alienação Mental

Alienação mental é a rebelião máxima.

Todo o trabalho do psicopolítico visa simplesmente à alienação mental da pessoa.

A alienação mental é conseguida com a utilização de qualquer dos processos já descritos.

Pode ser alcançada até pela persuasão quando, por exemplo, a doutrinação leva as pessoas à confusão de palavras e conceitos, dificultando até o entendimento. A palavra Nacionalismo, para citar um caso, passou a ser uma palavra perigosa em certa época, no Brasil. Procuram também trocar o sentido das expressões ou a elas atribuir duplo significado.

Outra forma é, por exemplo, o rebaixamento do valor do casamento, o incentivo, a despreocupação com a virgindade, a distorção em relação à honestidade e a lealdade e o abuso das palavras: liberdade, direito, justiça e igualdade.

Os psicopolíticos procuram sempre a desvalorização das pessoas importantes. Assim procuram agir em relação a certas personalidades, desmoralizando-as, demonstrando seus próprios erros, afirmando que não têm memória, que não

sabem raciocinar nem confiar em si mesmas. Procuram denunciar-las a seus subordinados e amigos como desleais, para minar-lhes a confiança.

Tudo se resume numa conspiração, visando alienar as pessoas, que interessam à ação de conquista das nações.

6. EXEMPLOS DO TRABALHO DOS PSICOPOLÍTICOS (1)

- a. O Senador Cornelius Gallagher dos Estados Unidos declarou em 1970:

"Professores e diretores de escolas públicas começaram a colaborar com "doutores interessados", ministrando Anfetaminas, sob a forma de Ritalina, às crianças que apresentavam problemas de comportamento nas escolas.

Verificou-se que cerca de 1/4 de milhão de crianças nos Estados Unidos estão sob a ação da Ritalina ou drogas similares".

- b. "O Dr. Breggin, do Corpo Docente da Escola de Psiquiatria de Washington, publicou, em 24 de fevereiro de 1972, que a horripilante operação do cérebro conhecida como lobotomia pré-frontal foi realizada em cerca de 50.000 pessoas até o ano de 1950, quando foram tomadas providências para que não mais ocorressem".

Apesar de haver sido suspensa, ela voltou a ser usada em crianças "Hiperativas" com "disfunção cerebral" como veremos no caso a seguir:

- c. O Washington Post de 12 de março do ano de 1972, transcreveu um relatório publicado no ano de 1970, no qual o Professor Dr. Orlando Andy, diretor de Neurocirurgia da Escola de Medicina da Universidade de Mississippi, diz:

"Um menino de 9 anos, com inteligência normal recebeu o seguinte diagnóstico do médico: hiperativo, agressivo, combativo, explosivo, destrutivo e sadista.

Para controlar o seu comportamento e torná-lo mais dócil foi recomendada a cirurgia do cérebro.

Posteriormente foi declarado estar o menino completamente arruinado".

- d. A Senhora Daniel H. Youngs ex-moradora de Little Rock, Arkansas, declarou o seguinte:

"A pressão foi extrema. Nós recebíamos quase que diariamente notificações dos professores chamando os alunos às escolas. Afirmavam que nossas crianças estavam falhando em todos os assuntos.

Nós sabíamos o que eles queriam conseguir com isso e reagimos.

Acreditem-me, não era nada bom ver as personalidades de nossos filhos modificadas pelo uso das Drogas, etc."

- e. Nos Estados Unidos o médico Dr. Wortis introduziu o tratamento pelo choque e outros processos de psiquiatria, no Hospital de Bellevue, com finalidade considerada suspeita.

7. FORMAÇÃO E AÇÃO DE CHEFES SUBVERSIVOS-PSICOPOLÍTICOS (3)

a. Formação

Dentro do quadro da subversão mundial, visando a hegemonia sobre o mundo, a Rússia vem formando seus chefes subversivos clandestinos que são também encarregados de dirigirem, nos diversos países, ações da Psicopolítica determinadas por Moscou. Eles executam, ainda, a espionagem.

A seleção desses chefes da subversão clandestina é muito cuidadosa. Inicialmente são observados e recomendados como candidatos a uma "Carreira da Espionagem Clandestina".

Durante cerca de 16 meses (4 + 12) são preparados física e tecnicamente, e selecionados pela Escola Lenine.

Após um ano de novos preparativos são outra vez selecionados e matriculados num curso de 10 anos de duração.

Cada grupo de candidatos faz esse curso numa determinada escola, por exemplo:

- Escola Gaczyna: Para os que atuarão em países de língua inglesa.
- Escola Vostocznyaya: Para os que atuarão em países da Ásia e Oriente Médio.
- Escola Stepnaya: Para os que atuarão nos países latinos, incluindo: França, Espanha, Itália, Portugal, Brasil, Argentina e México.

Nessas escolas aprendem corretamente a língua do país a que se destinam, inclusive regionalismos, e vivem em ambiente igual ao de cada país, e usam os mesmos tipos de vestuários, de alimentos, hábitos, dinheiro, etc.

Têm ali uma vida idêntica a dos países onde irão operar. Ao embarcarem para o país de destino, recebem toda a documentação em perfeita ordem como se tivessem nascido no próprio país (identidade, certidões, etc.).

Ao desembarcarem em sua "nova Pátria" iniciam a instalação de uma atividade normal, por exemplo: corretor, escritório de importação e exportação, etc., mas trabalham sozinhos, sem sócios.

Por exemplo, o Sr. Richard Cecil Cooper, residente num apartamento em West End em Londres (1970), era dono único de uma firma de importação e exportação, mas, na realidade, tratava-se do Sr. Klim Andreyvich Kushinikov, nascido em Leningrado, na Rússia.

Uma das missões que recebeu de Moscou foi a de "fazer nascer injustiças nas fábricas" para deflagrar greves repentinas e inesperadas, visando desmoralizar o governo. No cumprimento de suas missões, usam elementos do Partido

Comunista local, os inocentes úteis, os idiotas úteis, os marginais criminosos, etc., porém procuram não se identificar.

Todas as democracias ocidentais já estão infiltradas por esses chefes subversivos clandestinos que já somavam em 1972 mais de 30.000.

Agem como autênticos democratas e se apresentam como radicais no combate ao comunismo.

A grande preocupação que têm é a de se colocarem, publicamente diante dos acontecimentos, que eles mesmos provocam, como um patriota, reclamando ostensivamente do ato criminoso cometido pelos operários ou pelos estudantes, etc.

Eles usam de grande habilidade para escolher seus comparsas e colaboradores. Geralmente os melhores auxiliares estão entre os idealistas, os estudantes, os líderes sindicais, os políticos e o clero católico.

Quando as autoridades se precipitam na solução de problemas sociais, criam condições para a ação dos subversivos e dos psicopolíticos.

Procuram agir e manter suas ações, de forma a não revelar o menor indício que possa localizá-los, evitando a destruição da rede clandestina a que pertencem.

b. Exemplos de Ações

No cumprimento de sua missão não perdem oportunidade. Vejamos alguns casos ocorridos nos anos de 1967 e 1968.

1) Na Birmânia

Em 1967, depois de alguns meses de violenta atividade terrorista, foi lançado um ataque numa cidade próxima de Rangoon.

Todos os habitantes foram evacuados e todos os edifícios públicos foram incendiados.

2) *No Paquistão*

As intrigas lançadas pelos chefes da subversão da China e da Rússia no Paquistão Ocidental e no Paquistão Oriental resultaram em terrorismo cruel. Foi um verdadeiro banho de sangue cujas razões até hoje nenhum paquistanês conhece.

Aproveitaram-se de conflitos religiosos e espalharam no Paquistão Ocidental (então Sede do Governo unificado) a notícia de que os paquistaneses orientais estavam trucidando os ocidentais.

Quando as tropas do Paquistão Ocidental chegaram no Oriental a ordem foi:

“Atirar para matar primeiro e depois investigar os fatos”.

Resultado: 300.000 mortos, e, até hoje, só se sabe é que foi intriga comunista.

3) *Nos Estados Unidos*

Uma grande e poderosa nação ficou atemorizada pela ação de uns poucos impiedosos.

Nos 5 dias de tumulto em New Jersey foram mortos 26 pessoas e 1.200 ficaram feridos.

Em Detroit foram saqueadas mais de 1.000 lojas e destruídos mais de 1.100 incêndios. Morreram 35 pessoas e 1.500 saíram feridas.

Em Cleveland, durante 5 dias, mais de 100 edifícios foram incendiados.

Em Chicago, os distúrbios foram iguais aos de Londres e de Paris.

Em New York registraram-se 93 explosões e 3.191 avisos telefônicos de bombas que iriam explodir, mantendo a população em pânico continuado até traumatizá-la.

4) *Na Irlanda do Norte*

Conhecedores da situação local, exploraram eles as divergências entre católicos e protestantes e puseram fogo na Irlanda.

Os líderes católicos e protestantes reuniram-se e chegaram à conclusão de que apesar dos antagonismos, poderiam parar a luta mas não tinham condições de fazê-lo.

Os sindicatos, todos os partidos políticos, as igrejas, as organizações públicas e particulares estão infiltrados de subversivos clandestinos que desejam a destruição da Irlanda, dentro de sua marcha de conquista do mundo.

5) *No México* (Julho de 1968)

Motivo: discussão havida entre 2 estudantes de duas Faculdades diferentes a respeito de uma garota.

Com a interferência e participação de subversivos clandestinos o caso foi se complicando cada vez mais até que a polícia entrou em choque com os estudantes. (Procuram como norma provocar a Polícia).

Em poucas semanas houve 150.000 estudantes em greve e todos os estabelecimentos de ensino fechados.

Foi travada uma batalha no centro da cidade, tendo o Exército participado com carros de combate.

Resultado: 50 mortos e 500 feridos.

6) *Na França* (Maio de 1968)

Motivo: reforma do ensino.

Inicialmente, os estudantes ocuparam uma sala de uma Faculdade da Universidade de Nanterre.

O reitor foi inábil e daí o movimento recrudesceu.

Os estudantes entraram em choque com a polícia.

No dia 7 de maio, milhares de manifestantes marcharam pelos Champs-Élysées com bandeiras vermelhas, cantando a Internacional Comunista.

Todas as Universidades do país foram ocupadas em dois dias e iniciou-se uma greve geral que causou a completa paralisação de Paris.

Todos os serviços pararam de funcionar e a França estava imobilizada.

O destino da França oscilava na balança diante do beco sem saída.

O Primeiro-Ministro Pompidou já tinha se dirigido aos grevistas e não foi atendido. O Partido Comunista, imaginando ter a maioria, solicita ao Congresso um voto de censura ao governo e é derrotado por 11 votos. Então De Gaulle dirige-se aos grevistas e é atendido. O país volta à calma. A democracia salva a França.

c. Outros tipos de Ação

1) O caso de Che Guevara

Na Bolívia, "Che Guevara", apesar de ser comunista, foi morto pelo comunismo russo que achou que ele se desviara das diretrizes de Moscou. Ele não ignorava isso.

Foi ele traído por sua mulher Laura Martinez que o denunciou, pois ela estava a serviço de Moscou.

2) O caso de Martin Luther King

O Dr. Martin Luther King, líder negro, cuja influência e personalidade estavam criando obstáculos à violência do Poder Negro, foi morto a tiros pelo comunismo russo.

d. Astúcias Subversivas

1) Dinheiro Falso

Em Pankov, Berlim Oriental, foi instalado um custoso equipamento para a fabricação de dinheiro falso de vários países do mundo para ser posto em circulação, visando a inflação galopante em determinada oportunidade, em cada país.

Os estoques já fabricados são enormes e isso vem preocupando várias nações do mundo.

O dinheiro falso já está sendo utilizado para financiar toda rede subversiva no mundo lançada pela Rússia. Lem-

bramos que a Rússia não mais sustenta os Partidos Comunistas dos outros países que vivem por conta própria e, por isso, executam assaltos e seqüestros, aumentando a confusão.

2) *Jornais Falsos*

Várias edições de jornais do mundo vêm sendo reproduzidas inteiramente, menos uma das colunas cujo artigo é completamente substituído, visando criar problemas internacionais.

Isso já ocorreu com o "TIMES" de Londres e o "New-York Herald Tribune".

3) *Cartas Forjadas*

Para criar intranquilidade e desmoralizar famílias de oficiais, costumam enviar cartas forjadas, dirigidas a determinado oficial, nominalmente. Essas cartas são entregues às esposas dos oficiais, no momento em que os oficiais se encontram nos quartéis.

As cartas tratam de casos amorosos, por exemplo, um suposto romance do oficial com a signatária. Normalmente as cartas vão cheias de palavras de carinho mas anunciam o próximo nascimento do 1.º filho, etc.

Esses casos resultam em separações, brigas trazendo prejuízos ao serviço.

8. EXEMPLOS DE INFILTRAÇÕES EM ORGANISMOS PSICOSSOCIAIS

a. *Infiltração na Universidade — Trote de Calouros (9)*

A infiltração no nível universitário reveste-se de várias formas.

Apresentamos a seguir um tipo de ação exercida sobre os calouros.

Nas Universidades brasileiras, os trotes têm sido olhados como "estudantada" mas é preciso maior atenção no julgamento.

Agora que estudamos os reflexos condicionados e a psicopolítica, poderemos chegar a outra conclusão.

O tipo de trote nada mais significa que uma ação psicopolítica. Assim, condicionados, os calouros poderão permanecer por muito tempo obedientes às ordens dos líderes que dirigem o trote e que são quase todos subversivos.

Os condicionamentos são conseguidos por meio das Ordens, das imposições de cortes de Cabelos, da Cobrança da Taxa, das Passeatas com trajes ridículos e da Violência, pois, quando os calouros reagem são *violentamente* castigados.

Esses líderes poderão, a qualquer momento, comandar seus ex-calouros de forma incontestável porque já os condicionaram.

Dai, a necessidade de se acabar com o trote nas Universidades, executados da forma atual.

b. Infiltração nas Religiões (6)

A infiltração continua de comunistas nas religiões vem prendendo a atenção de todas as autoridades responsáveis. Essa infiltração, somada à pretensão de desprestígio aos atos religiosos, em conexão com o clero avançado, vem concorrendo para aumentar a cada dia que passa, o descrédito nas religiões.

Vem sendo notada a influência marxista no pensamento católico. Até bispos vêm aceitando o conceito marxista do cristianismo.

Os psicopolíticos, durante os retiros espirituais, encontros, congressos, etc., vêm agindo para eliminar as bases de formação do clero, dos crentes e dominar os céticos.

Na doutrinação, procuram difundir a cosmovisão marxista o que já foi feito na América Latina, nos EUA, Cana-

dá e Europa. Para isso, procuram identificar o "Reino de Deus na Terra" com os objetivos "comunistas" para convencer os cristãos de que pensam a mesma coisa e que têm os mesmos propósitos.

Fazem a propaganda do "cristianismo horizontal" que se ocupa exclusivamente do homem, deixando à parte o "cristianismo vertical", que se fixa em Deus.

Assim vêm confundindo a teologia tradicional que coloca Deus em posição central superior, no universo, com uma nova teologia antropocentrista, sem ligação com Deus. Não nos cabe aqui dizer como prestigiar as religiões e como corrigir as falhas.

c. Infiltração na Música

Na música, a penetração comunista vem se processando através da introdução de alterações na escala musical e de nova concepção da harmonia e do ritmo.

Dentro do mesmo propósito, vem divulgando músicas, com base em sons exóticos, produzidos por animais e por fenômenos da natureza.

III — CONCLUSÕES SOBRE A PSICOPOLÍTICA

Não há exagero na ênfase com que se denuncia o perigo do controle das mentes dos homens, neste mundo, onde há tanta gente ansiosa por conquistá-las para subordinar à sua vontade, a submissão de seu semelhante.

As perversidades praticadas pela Rússia são tão horripilantes que repugna até mesmo imaginá-las. Essas perversidades são praticadas contra o físico e contra a mente dos homens.

Não temos a menor dúvida de que, inclusive no Brasil, indivíduos com recursos internacionais estão atuando criminosamente, aplicando a técnica diabólica da psicopolítica em nossos jovens e no povo em geral e o mesmo vem acontecendo

em outros países da América Latina, cujos estágios de terrorismo já se encontram bastante avançados.

Aquele que não procurar reconhecer o processo e reagir com inteligência, contribuirá para entregar-se ou entregar pessoas indefesas às mãos do inimigo.

As cifras de homens domesticados pelo comunismo são muitíssimo elevadas no mundo, sem que quase ninguém se dê conta do que está ocorrendo.

Existe grande quantidade de pessoas bem intencionadas que estão sendo utilizadas para levar adiante o ataque à mente, sem saber o que estão fazendo.

Imaginem, por exemplo, que os russos consideram a ONU como sua plataforma mais importante, a partir da qual poderão dirigir a propaganda comunista em todo mundo.

A Organização Mundial da Saúde e a UNESCO estão com seus organismos completamente infiltrados de comunistas.

O homem comum está inteiramente alheio à guerra que se trava contra ele e contra suas convicções, diariamente e de forma decidida.

Todo aquele que quiser ter um papel ativo na luta contra o ataque à mente do homem, deve instruir-se para conhecer bem esse tipo de luta.

Todos nós estamos sendo permanentemente condicionados para aceitarmos a limitação de nossa liberdade e para nos entregarmos.

IV — CONTRAPSICOPOLÍTICA

Entre as medidas de contrapsicopolítica aconselháveis a serem tomadas pelas democracias ocidentais, podemos relacionar as seguintes:

Realizar a contrapsicopolítica com pessoas e órgãos convenientemente instruídos;

Divulgar o trabalho dos psicopolíticos como prática ofensiva ao ser humano;

Informar às autoridades constituídas para que dediquem o máximo de atenção em relação ao comportamento das pessoas sob sua responsabilidade, seja para impedi-las de executar práticas da psicopolítica, seja para caracterizá-las como elementos subversivos, se for o caso;

Ativar os serviços de informações e de polícia na localização de ações características de psicopolítica, tais como:

- propaganda de desmoralização de autoridades, do governo e da nação;
- propaganda sobre sexo e licenciosidades, por todos os meios de divulgação;
- contrabando de tóxico; localização de casas e áreas suspeitas com relação aos tóxicos;
- falta de seriedade nos consultórios de psicoterapia;
- acompanhamento dos psiquiatras e psicólogos;
- localização de infrações, em particular, entre professores das Universidades, nas organizações oficiais, nas Forças Armadas, no clero, congressos e retiros religiosos, no meio médico, no meio jurídico, nos sindicatos, nas áreas estudantis de todos os níveis, inclusive MOBRAL, Projeto Rondon e também na imprensa.

Esclarecer todas as áreas sobre as pretensões da Rússia e do seu odioso trabalho, visando à conquista das nações através do domínio das mentes dos homens.

Procurar não concorrer para aumentar os antagonismos forjados e incentivados pelos subversivos e psicopolíticos, como por exemplo:

- propaganda sobre "choque das gerações", sobre "choques de classes sociais", sobre "crise da juventude", etc., visando a alarmar a população;

- circulação de notícias aparentemente verdadeiras, porém não comprovadas, embora ligadas a acontecimentos nacionais importantes, visando a criar problemas para as instituições nacionais.

Considerar o terrorista como inimigo integrante da Guerra Psicopolítica, clandestina ou não, em que está envolvido o mundo, ou, como elemento desagregador ligado a qualquer das correntes extremista ou extremada, de esquerda ou de direita.

Aplicar leis severas contra os terroristas, assaltantes e seqüestradores.

Aprovar leis que dificultem as greves não oficializadas.

No Exército devem ser acompanhados, com muito cuidado, os exercícios chamados de Fuga e Evasão que somente poderão ser ministrados a militares voluntários, dentro de objetivos prefixados nas Diretrizes de Instrução. Nesses exercícios há o perigo de participantes serem hipnotizados, o que contraria os interesses do Exército e da nação, pois o moral do combatente deve ser permanentemente fortalecido e não dominado pelo condicionamento.

O governo deverá restringir os trotes de estudantes ao razoável.

Necessitamos, todos nós, de ter aguda sensibilidade e acurada atenção, no desempenho de nossas atribuições funcionais ou tarefas, como pais ou como autoridades de qualquer nível ou qualificação, civil, militar, eclesiástica, policial, jurídica, educacional, etc., etc., para sermos capazes de localizar qualquer ação de psicopolítica, levada a efeito na área de nossa responsabilidade, para a impedirmos. Precisamos também ser suficientemente argutos para que, nós mesmos não concordemos com providências que possam ser transformadas em ações de psicopolítica e assim cairmos em contradições. Isto porque, algumas vezes, certos executores de ordens podem deturpar o sentido verdadeiro da prática humanitária e cristã.

V — CONCLUSÕES FINAIS

O mundo está sendo destruído por ele mesmo, comandado pela Rússia e pela China, por intermédio dos chefes da subversão clandestina e dos psicopolíticos.

No entanto, a Rússia anuncia seus propósitos de paz e de desarmamento. Assim procede a Rússia, porque sabe que numa guerra declarada o comunismo será desvendado e desmoralizado dentro de suas fronteiras e por este motivo correrá o risco de ser destruída. Prefere então a guerra clandestina, já iniciada, mas que, segundo afirma, dela não participa.

Por meio dessa clandestinidade, pretende impor o comunismo russo ao mundo inteiro, sob sua hegemonia.

Para aqueles que aceitam o comunismo, o caminho não seria o de copiar a ditadura desumana dos russos, cujo regime, como vimos é o Nacionalismo Russo, sob a forma de Ditadura Totalitária Burocrática.

Aqueles que lutam por igualdade, fraternidade e liberdade jamais poderão desejar que se implante no Brasil o totalitarismo russo, principalmente, porque o povo brasileiro possui temperamento diverso, tornando-se logicamente impossível a aceitação, pela nação brasileira, de regime ditatorial de tal violência.

Se, para implantar o comunismo, é preciso a violência, poderemos responder que tal regime não será adotado no Brasil.

É oportuno anotar ainda os seguintes fatos:

- vários países satélites da Rússia já iniciaram um movimento para a desvinculação completa da Rússia
- as províncias internas que constituem o Estado Soviético estão ávidas de independência e isso ocorrerá dentro dos próximos 10 anos, segundo o que vem acontecendo naquele país

— já se iniciaram dentro da Rússia, movimentos contra a pressão do regime com a participação de escritores e de estudantes, como por exemplo a "União Pan-Russa Social-Cristã para a Libertação do Povo".

As democracias ocidentais devem acelerar a explosão do descontentamento interno, existente na Rússia, em particular, utilizando os países satélites, todos ávidos por sua independência.

Caracterizar a Rússia como país dirigido por fanáticos e considerar todas as suas propostas de paz e de desarmamento e qualquer acordo político como mera hipocrisia (5).

O problema da Rússia é a guerra com a China da qual ela tem medo.

Para enfrentar a China a Rússia tende a ampliar cada vez mais sua área de influência procurando, inclusive, a aproximação diplomática com os EEUU, com o Brasil, etc., independente da conquista, através das práticas psicopolíticas, que prosseguem.

Afinal, o que ela quer é multiplicar os efetivos comunistas no mundo e buscar aliados para poder enfrentar a China.

Mas por que a Rússia precisa lutar contra a China?

Como sabemos, o território da China foi mutilado pela Rússia que ocupou, no passado, extensas áreas do território chinês.

Hoje a China quer de volta esses territórios, e quer mesmo. São 900 milhões de chineses empenhados nessa luta e a Rússia sabe que, a cada dia, mais se aproxima o momento do choque.

Apesar de a Rússia ter a certeza de que destruirá o parque industrial da China, em face de sua enorme capacidade bélica, ela não ignora que poderá ser destruída pelo guerrilheiro chinês que ela reconhece superior ao russo. Eis o grande problema da Rússia.

Sobre o soldado chinês em relação ao soldado russo transcreve-se a seguir a opinião de um perito militar soviético, V. M. Primakov que trabalhou muitos anos na China. Diz ele:

"O soldado chinês é superior ao nosso — robusto, taciturno e bravo. Tem grande mobilidade no campo. Para um soldado chinês é uma ninharia marchar 70 km por dia. Nossa infantaria, um tanto espantada com a infantaria chinesa, chegou à conclusão de que ela é a melhor do mundo".

Por este motivo a imprensa soviética iniciou a ridicularização do soldado chinês caracterizando-o de fanático, franzino e covarde.

Vejam bem como caminha o problema russo x chinês, e que conseqüências poderá ter em relação aos movimentos que se processam nos países democráticos e em países do 3.º mundo.

Para a União Soviética, a grande conseqüência, segundo o escritor russo Alexandre Solzjenitsin, será o desaparecimento do povo russo (4).

É preciso que alguns brasileiros que se encantaram pelo comunismo russo, acordem do pesadelo.

O comunismo implantado na Rússia, Nacionalismo Russo, não tem até hoje resolvido os principais problemas do povo que ainda permanece inteiramente dominado e sem liberdade. A habilitação oferecida é coletiva, desumana e promíscua; a alimentação é precária e em certos casos até repugnante; continua o isolamento e o cerceamento do direito de locomoção interna; o trabalho escravo permanece; os castigos, a violência e a domesticação pelo medo são permanentes.

Somente autoridades, membros do partido e do KGB e de determinadas classes privilegiadas gozam de tratamento especial, porém, em troca de rigoroso condicionamento (10).

Vamos ficar com nossa Democracia Social, implantada no Brasil desde 1964. Vamos melhorá-la e corrigi-la, para atender nossos problemas sociais, sem violência ao ser humano. Não temos dúvidas de que a Revolução de 1964 já realizou muito e realizará muito mais ainda.

A Democracia Social Brasileira é modelo moderno que está sendo aperfeiçoado dentro do mais puro nacionalismo brasileiro.

Vamos fortalecê-la, pois já estamos no caminho certo.

Havemos de conseguir a habilitação condigna para todos, a assistência de saúde para todos e a educação para todos, bem como o pleno emprego.

Havemos, também, de valorizar cada vez mais as empresas privadas porque elas constituem a base principal para o aumento da produtividade, que tornará possível o aumento da renda familiar e a conseqüente elevação do nível de vida da população brasileira, inclusive aquela das áreas menos favorecidas.

Repudiemos o comunismo, os subversivos, os terroristas, os psicopolíticos e a maldade, e fiquemos com Deus.

Vamos tratar o homem como ser humano e não como animal irracional. Assim, implantaremos o nacionalismo humano brasileiro, corrigido das pressões econômicas, de um lado, e das pressões sobre a mente, de outro lado.

Vamos viver à moda brasileira para sermos coerentes e felizes, pois não nascemos, nem na Rússia, nem na China, nem nos Estados Unidos da América do Norte, e, por isso, não temos o temperamento desses povos.

Mas atentemos para uma das piores formas de subversão que é a corrupção que vem impedindo o progresso do Brasil através dos tempos. Não basta sermos anticomunistas e nem combatermos a subversão sem objetividade. Precisamos, antes ou simultaneamente, apontarmos aqueles que, no Brasil, no exterior, em cargos de projeção ou não, vêm concorrendo para a subversão através da corrupção indiscriminada que

impede a melhor distribuição de renda e a elevação do nível de vida da parte mais necessitada da população brasileira.

Repudiemos o domínio de nossas mentes pela violência mas também o enriquecimento ilícito à custa dos recursos que seriam destinados aos mais pobres.

Vamos lutar para denunciar, com decisão e coragem, essa corrupção que também nos impede de progredir e de oferecer, a todos, as melhores condições de vida.

Que Deus nos abençoe.

BIBLIOGRAFIA

1. Psicopolítica, de Kenneth Golf
2. Reflexos Condicionados, de Ivan Petrovitch Pavlov
3. Os Subversivos, de J. Bernard Rutton
4. Carta aos Chefes Soviéticos, de Alexandre Soljenitsin
5. 1984: Chegará a URSS até lá? de Andrei Amalrick
6. Marxistização do Cristianismo, do Padre Toradowisk
7. Rumos da Educação, de Jacques Maritain
8. Dignidade Humana, de Leconte Du Noüy
9. Relatório da Reitoria da Universidade de Campinas (SP)
10. Artigos de revistas e jornais
11. Opiniões de visitantes da Rússia

— Economizar é evitar despesas supérfluas e aplicar bem as necessárias.

Amazônia brasileira —

Aspectos Psicossociais (*)

Gen R-1
FREDERICO RONDON

1. INTRODUÇÃO

Entre os fatores que determinam ou condicionam o potencial e a importância estratégica de uma região têm particular relevo, interessando simultaneamente os dois fatores primordiais de desenvolvimento — a terra e o homem — e a Segurança Nacional, os fatores psicossociais.

Com o intuito de ajustar nosso estudo ao tempo que nos é concedido, fixar-nos-emos nos fatores concernentes à *População*, visando especialmente, em relação à Amazônia Brasileira:

I — Efetivos humanos: densidade, composição e distribuição;

II — Migrações internas: repercussão econômica e social;

III — Situação cultural das populações: as Etnias brasileira e estrangeiras, na formação e atividade dos núcleos, e Integração Nacional.

Não poderíamos, entretanto, prescindir de um esboço histórico-geográfico, a leves traços, da Amazônia Brasileira, para melhor compreendermos a significação atual, política e sócio-econômica, dos núcleos da ocupação humana e das correntes migratórias.

(*) Conferência do "Curso de Altos Estudos Amazônicos" — VII Ciclo — 8 de julho de 1975.

A falta de elementos de informação, para configurarmos a conjuntura amazônica, face aos problemas da terra e de sua ocupação humana, tal como procedem, na execução dos planos governamentais suscitados pela Revolução Brasileira, preferimos, na consideração dos aspectos psicossociais visados, recorrer aos nossos próprios estudos sobre o povoamento, a reforma agrária e a redivisão territorial, na Grande Região; estudos que, passados pelo crivo do plenário do Curso de Altos Estudos Amazônicos, contêm idéias e sugestões ainda de todo atuais e ajustadas à realidade e às necessidades de um planejamento que atenda aos postulados de Desenvolvimento e Segurança preconizados pelo Governo Federal, em sua Geopolítica expressa e tantas vezes justificada, nos pronunciamentos oficiais, em seu sentido humanístico de progresso com justiça e paz social.

1.1. Esboço Histórico-geográfico

Em que pese ao acordo dos didatas da História do Brasil, em considerar pacífica a prioridade dos portugueses e do litoral baiano, no descobrimento, cumpre reconhecer a precedência da Amazônia e dos espanhóis aos quais devemos as primeiras notícias geográficas do litoral nordeste, do estuário do Amazonas — o “Mar Dulce” — e do Oiapoque — o “Rio de Vicente Pinzon”.

Ainda na vigência do Tratado de Tordesilhas, cumpre considerar o Brasil país amazônico, partícipe que é do território abrangente do litoral sul do grande estuário, o nordeste de Belém, e da larga faixa de terras do Pará, de Goiás e do Maranhão, situada a oeste do meridiano 44º oeste de Greenwich e a leste do meridiano assente em 1494, como limite entre Espanha e Portugal na América (cerca de 48º 30' oeste de Greenwich; território de cerca de 426.800 km² que tem como limites, se preferirmos uma possível precisão geográfica, a sudeste, o Rio Parnaíba e o Espigão Mestre que limita os Estados de Goiás e Bahia, nas vizinhanças do meridiano 46º oeste de Greenwich, e ao sul o paralelo 13º.

Pelo chamado "uti possidetis de direito" era, portanto, o Brasil, ao dealbar do século XVI, um país amazônico, pelo consenso de espanhóis e portugueses.

É ainda no Domínio Espanhol que as explorações luso-brasileiras se estendem de Itamaracá para o norte e transpõem o meridiano extremo ocidental.

Desde 1600, holandeses, ingleses e franceses exploram o delta do grande rio, comerciam com os nativos, levantam fortins, levando suas arremetidas até ao Xingu, enquanto espanhóis se movimentam na Alta Amazônia... (1)

Em 1616, surge Belém. As explorações luso-brasileiras se estendem a oeste, até ao Tapajós, batendo holandeses e ingleses... (1)

Englobaria a Amazônia Brasileira o Estado do Maranhão, criado em 1621. Vai assim, pouco a pouco, progredindo, no decurso do século XVII e na primeira metade do século XVIII, a ocupação luso-brasileira da Grande Região. Seguindo nas águas das *tropas de resgate*, missionários fundam povoações indígenas, aglutinando tribos, no Baixo Amazonas, Rio Negro e seus grandes afluentes Rio Branco, Uaupés, Içana; Solimões acima até o Javari, Iça e Japurá.

Em 1637, franciscanos de Quito empreendem a catequese das nações ribeirinhas do Alto Amazonas, sugerindo ao Governador do Maranhão uma expedição de reconhecimento — a famosa Expedição de Pedro Teixeira — da qual resulta um marco de possessão portuguesa, no encontro do Napo e do Aguarico.

Livres do Domínio Espanhol desde 1640, tratam os portugueses de consolidar a posse do território conquistado, impulsionando sertanistas, estimulados pelo tráfico de escravos indígenas e o comércio das *drogas do sertão*, e fortificando as entradas fluviais do Solimões e do Negro.

(1) A. C. F. Reis — História do Amazonas.

É no segundo quartel do século XVIII que as explorações luso-brasileiras têm acesso ao alto Rio Negro e a ação missionária se estende ao Rio Branco, atingindo aquelas o Guainia e o Caciquiare.

A expulsão dos jesuítas espanhóis do Padre Samuel Fritz, em 1710, torna possível o reconhecimento do Jurua, Iça, Japurá e outros grandes afluentes do Solimões. Com a movimentação das *tropas de resgate* no Médio Amazonas, nossos sertanistas e missionários sobem até ao Marañon e ao Napo, sob protesto dos espanhóis, com os quais se chocam, por vezes, dando lugar a polémica entre os governos, sobre a legitimidade das posses, até o fim do século XVIII, quando se fixam aqueles no Javari.

No Madeira, Francisco de Melo Palheta, em 1722, transpõe as cachoeiras e descobre o Mamoré. Os Jesuítas enfrentam as correrias dos muras (só pacificados em fins do século XIX), fundam povoados, na Cachoeira de Santo Antônio, no Jamari e no Gi-Paraná; lançam os fundamentos da Cidade de Borba. Em 1742-43, Manoel Félix de Lima desce das minas do Mato Grosso, pela via fluvial do Guaporé-Mamoré-Madeira, e João de Souza Azevedo desce de Cuiabá a Belém, pelo Arinos-Tapajós, e retorna ao Jauru, pelo Madeira-Mamoré-Guaporé.

A criação da Capitania do Rio Negro, em 1755, como medida de segurança, tendente a facilitar as demarcações de limites com as colônias espanholas, é o prenúncio de medidas administrativas e explorações que consolidam as posses portuguesas, no setor noroeste.

Em 1781, os trabalhos preliminares de execução do Tratado de Santo Ildefonso abrem ensejo às primeiras explorações geográficas, encerradas em 1790, tendo, como resultado concreto, quanto à demarcação da fronteira, o padrão da Foz do Javari. (2)

(2) A.C.F. Reis — Op. cit.

Cumprer recordar que aqueles trabalhos foram por vezes suspensos, pela desinteligência entre os Comissários português e espanhol, na interpretação do Tratado de 1777. Além da imprecisão geográfica das cartas, concorreu para aquelas desinteligência a interpretação do princípio jurídico do *uti possidetis* ("de fato", para o português, e "de direito" para o espanhol).

Encerradas, definitivamente, aquelas demarcações, permanecem, como zonas litigiosas, até a Independência dos países confinantes, cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados, dos quais, pelos Tratados de limites do século XIX, o Brasil reteve os 8/10, pela vitória do princípio do *uti possidetis* de fato, tal como sempre o defendeu, em suas questões de fronteiras, e recuperou cerca de 1/10, pela negociação direta (compra do território acreano).

A discrepância dos Tratados do século XVIII, em relação à realidade da ocupação de uma e outra das Partes, deu lugar a três zonas litigiosas:

— a primeira, com cerca de 653.000 km², estendida entre os paralelos 5.º e 10.º sul; o Rio Madeira, a leste, e o Javari (prolongado pelo meridiano de sua nascente principal) a oeste;

— a segunda, com cerca de 360.000 km², estendida entre o Solimões, ao sul; o médio Rio Negro, a leste; a "cordilheira de montes que medeiam entre o Orenoco e o Rio das Amazonas", a noroeste e ao norte;

— a terceira, no Alto Guaporé-Jauru, zona de transição entre as bacias amazônica e platina, onde o Tratado de 1750, confirmado pelo de 1777, estabelecia, como linha divisória, a geodésia Foz do Jauru-Boca do Sararé (cerca de 60.000 km², a sudoeste da mesma geodésica). (3)

A demarcação das fronteiras setentrionais e ocidentais, sob a gestão do Barão do Rio Branco, permite-nos consolidar

(3) J.S. da Fonseca — Viagem ao Redor do Brasil (Vol. I).

uma linha de fronteira estável, através de renúncias a incontestáveis direitos a territórios que, pelo respeito aos árbitros eventuais e amor à concórdia, desintegram-se da soberania brasileira, no Alto Rio Branco, Uaupés e Japurá.

O afluxo e refluxo das correntes migratórias motivadas pela exploração intermitente da floresta, deixam nos grandes rios, como balizas do ecúmeno assim conquistado, cidades estacionárias, "pólos de atração" dos núcleos de exploração remanescentes, e, tanto no interior, como na faixa de fronteiras, extensas mesopotâmias e altos rios, domínios de tribos indígenas que chegam aos nossos dias, como permanente desafio à civilização brasileira.

A criação dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima) Guaporé (atual Rondônia) e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (atual SUDAM), em 1943, representa o empenho do Governo Federal em retomar o desenvolvimento da Grande Região, após aqueles 30 anos de estagnação motivada pelo esbulho por que passou, em sua principal riqueza natural, a seringueira.

A Revolução Brasileira, ora empenhada, pelos sucessivos governos da República, em seus Planos de Integração Nacional, abre uma nova era de empreendimentos suscetíveis de conduzir a Amazônia ao seu proclamado destino de "celeiro do mundo".

2. POPULAÇÃO

2.1. Efetivos humanos: densidade, composição e distribuição

No flagrante desequilíbrio entre áreas e populações, fixado à luz dos últimos Censos, entre as duas Zonas Demográficas em que dividimos o Brasil — a I ZD (Norte e Centro-Oeste), com 64,4% do território e 9,2% da população, e a II ZD (Nordeste-Sudeste-Sul), com 35,6% do território e 90,8% da população total — vislumbramos promissora evolução, no bom sentido do reajustamento demográfico, tendo

em vista o desejado equilíbrio entre os dois fatores primordiais de desenvolvimento — a terra e o homem — num confronto dos mesmos números censitários:

1.º — a densidade demográfica é, em 1970, maior 3,2 vezes, na I ZD, e apenas 2,2 vezes, na II ZD, que em 1940;

2.º — no decênio 1960-70, constata-se, na I ZD, um aumento de população que atribui à imigração estimado em 1.270.000 hab e, na II ZD, uma perda de população de 1.358.700 hab, que se atribui à emigração, isto é, às correntes migratórias internas;

3.º — acentua-se ainda, no último decênio, a ascensão da I ZD e particularmente do Centro-Oeste, nos valores referentes ao incremento anual médio da população total:

I ZD	5,7%
II ZD	3,1%
Centro-Oeste	7,2%
Brasil	3,3%

No confronto dos dados censitários de 1960 e 1970, as Regiões Norte e Centro-Oeste e suas Unidades apresentam saldos positivos de população, com índices acima da média nacional, exceto o Amazonas que ter-se-ia limitado ao crescimento vegetativo. Os contingentes atribuídos à imigração (inclusive a própria contribuição ao crescimento vegetativo da área), no incremento da população total, caracterizam mais uma vez, no confronto entre a I e a II ZD e as Regiões Norte e Centro-Oeste, a preferência das correntes migratórias pelo Centro-Oeste, com vantagem pequena embora de Mato Grosso sobre Goiás e o Distrito Federal, na distribuição dos 7/8 do total de 1.270.000 hab citado (coube ao Norte 1/8 desse total).

O confronto dos índices da população rural leva-nos a conclusões, por paradoxais, surpreendentes:

1.º — o Distrito Federal, apresentando o maior índice de densidade rural no Centro-Oeste (3,74 hab/km²), mais próxima da média nacional (4,92);

2.º — Os Territórios Federais, destacando-se como recordistas do “êxodo rural”, com índices inferiores a 0,5 (Roraima com 0,1);

3.º — a Região Norte, não alcançando, em conjunto, a irrisória média 1 do Acre;

4.º — no índice percentual da população rural sobre a população total, entretanto, todas excedem a média nacional (44,62%), exceto o Distrito Federal (40,30%).

Os índices de incremento anual médio da população urbana, sempre mais elevados que os de incremento da população total, exceto em Roraima, onde se equivalem, em torno de 4%, no último decênio, denunciavam o recrudescimento do chamado “êxodo rural”.

A disparidade entre áreas e populações evidencia-se, mais uma vez, nas Micro-Regiões, para acentuar-se na divisão municipal das Unidades do Norte e Centro-Oeste. Cumpre reconhecer, à luz dos últimos Censos, uma lenta evolução, no sentido da subdivisão municipal, mais acentuada nas Unidades do Centro-Oeste, e no da concentração urbana, nas Unidades do Norte.

Dividida a Amazônia Brasileira em suas três regiões geoeconômicas, verificamos que, se se aproximam, numa relativaidade amazônica, os valores numéricos, quanto à extensão territorial — a Baixa Amazônia (Pará, Amapá e as áreas amazônicas de Goiás e Maranhão), com 39,2%; a Média Amazônia (Amazonas e Roraima), com 36,0%, e a Rondônia (Acre, Território de Rondônia e área amazônica de Mato Grosso), com 24,8% da área total — acentua-se a disparidade, nos dados referentes à população — 73,8% da Baixa Amazônia, em confronto com os 14,2% da Média Amazônia e os 12,0% da Rondônia.

A irregularidade de povoamento da Grande Região caracteriza-se, não somente pelos números censitários (quase 5 milhões de hab. na Baixa Amazônia e menos de 1 milhão em cada uma das outras Regiões), como pelos índices de densidade: 1,35 para o conjunto regional e os extremos de

8,72 do Maranhão Amazônico e 0,18 de Roraima. A Baixa Amazônia assim se destaca, com 2,52 (hab/km²), em face da Média Amazônia, com 0,55, e da Rondônia, com 0,66 (dados de 1970).

No crescimento anual médio da população total, destaca-se, no decênio 1960-70, a Baixa Amazônia, com 131.900 hab. sobre o total regional de 186.500 hab. (70,7%). A Média Amazônia e a Rondônia equivalentes, entre 25 (13,3%) e 30 mil hab. (16,0%).

Nos contingentes atribuídos à imigração (inclusive a própria contribuição ao crescimento vegetativo da área) encontramos, para um total regional de 246.200 hab. a Baixa Amazônia e a Rondônia equivalentes, com cerca de 123.000 hab cada uma, e a Média Amazônia excluída do cômputo, tendo-se limitado ao crescimento vegetativo, no último decênio.

A Amazônia Brasileira apresenta, segundo estimativa baseada nos resultados do Censo de 1970 (vencido o quinquênio 1970-75), o seguinte quadro demográfico:

População total	8,5 milhões de hab.
Densidade média	1,7 (hab/km ²)
População rural	58% da população total
Incremento anual médio .	430.000 hab.

Com base nestas estimativas, continuamos a contestar o refrão do despovoamento, como causa do subdesenvolvimento regional. Na verdade, os vícios da estrutura sócio-econômica da Grande Região, com suas manifestações palpáveis — o gigantismo das capitais do Norte e o “êxodo rural” — tornam difícil uma redistribuição das populações já radicadas nas Regiões, tendo em vista a recuperação das antigas zonas em exploração, extrativa ou agrícola, e a abertura de novas frentes pioneiras, com a implantação de “pólos de desenvolvimento”, nas Micro-Regiões que, por motivos de segurança ou em vista do interesse imediato da exploração de riquezas naturais, devam ser objetos dos Planos de Integração Nacional.

Num esboço das correntes migratórias nacionais, com elementos hauridos nas apurações do Censo de 1940, em confronto com os de 1960 e 1970, vemos que o reajustamento demográfico nacional que procede secularmente, como imperativo de uma política de expansão intrafronteiras, sob a influência, tanto de fatores históricos, que têm raízes na era das bandeiras, como de fatores econômicos atuais, acentua-se nos últimos decênios.

Em recente estudo sobre o secular problema da redivisão territorial do Brasil, justificamos nossa preferência por uma reestruturação nacional que, partindo da base municipal e procurando, pelo método direto da colonização, vivificar as áreas despovoadas ou ordenar as zonas atingidas pelas frentes pioneiras, faria surgir, nas glebas, condições primordiais à vida social que somente a municipalidade pode consubstanciar; considerando, em suma, a redivisão territorial subordinada à planificação do desenvolvimento regional.

A falta de definição oportuna de uma política de povoamento e expansão intrafronteiras — Política de Colonização Nacional — visando a conquista dos vazios demográficos interiores e a caracterização da faixa de fronteiras, no sentido da Integração Nacional, teria sido a origem dos aspectos negativos da evolução dos Territórios Federais amazônicos que assinalamos:

1.º — o “gigantismo”, isto é, a desproporção entre a população urbana das capitais e os demais núcleos de população;

2.º — a imobilidade da divisão municipal (a mesma de 1943), com os Macro-Municípios, de mais de 100.000 km², de Rondônia e Roraima;

3.º — o abandono da faixa de fronteiras, compensado pelo crescente interesse da colonização militar.

O movimento municipalista suscitado pelos estímulos financeiros outorgados pela Constituição Federal de 1946 (artigo 15.º) e que, embora empiricamente, isto é, sem a necessária planificação, vinha tentando uma solução para o an-

tigo problema da redivisão territorial do País, deu lugar a um novo conceito de municipalidade, em consonância com os interesses gerais pela vitalização dos espaços vazios, o qual poderíamos assim enunciar:

— Toda comunidade pioneira que não tenha a possibilidade de assistência efetiva do Município a que pertence, deve fazer jus à emancipação, a fim de receber a assistência direta do Estado ou da União e gozar da necessária autonomia, na gestão de suas rendas e solução dos problemas locais, sem que haja mister tenha alcançado foros de cidade.

Constituída a comunidade, definida a área de suas atividades econômicas, prevista a natural expansão das explorações e o incremento populacional, segundo padrões preestabelecidos, caberia ao Estado consolidá-la, removendo as dificuldades administrativas, implantando a ordem e a justiça, abrindo-lhe vias de comunicação.

Assim fixado o conceito de território municipal, teríamos em consequência a redução progressiva das áreas dos grandes Municípios, segundo o mesmo critério de capacidade e eficiência, de assistência efetiva às populações rurais. A sede municipal poderia ser, inicialmente, uma vila ou aldeia. A cidade viria ao depois, como resultado do desenvolvimento sócio-econômico.

A área de 5.000 km² e uma população de 1.000 hab. aplicada a atividades agrícolas planificadas, sem exigências de renda, eleitorado, urbanização prévia ou consulta plebiscitária, seriam condições "amazônicas", para a criação de Municípios, numa política de desenvolvimento integrado dos grandes espaços vazios.

Não vemos, de fato, outra origem, para os distúrbios ocasionados pelos contatos das frentes pioneiras com os grupos indígenas, nos sertões amazônicos, senão a falta de estrutura política dos nascentes distritos agrícolas, isto é, a ausência do Estado, ao qual caberia garantir a ordem nas comunidades e, oportunamente, implantar a municipalidade.

Precedendo as empresas colonizadoras, nas áreas recém-abertas à exploração, o Estado delimitaria os futuros Municípios Rurais, fazendo surgir os novos distritos, sem as marcas irremediáveis do empirismo mas como frutos da técnica e da planificação.

O problema da redivisão territorial tem assim, na Amazônia Brasileira, peculiaridades que nos levam a identificá-lo com o planejamento regional.

Admitido o conceito de Município Rural, como área de atividades econômicas de uma comunidade autônoma, segundo padrões preestabelecidos, seria prevista a criação e integração de tais unidades, nos planos de desenvolvimento regional.

Atribuindo à União os encargos de planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais (art. 8.º) e o domínio direto das terras devolutas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais e as ocupadas pelos silvícolas (art. 4.º), a Constituição do Brasil sugere, por assim dizer, um novo conceito de Distrito Federal abrangente de três tipos:

1.º — Distrito Militar, para as terras devolutas indispensáveis à segurança nacional;

2.º — Distrito Colonial, para as essenciais ao desenvolvimento sócio-econômico regional;

3.º — Distrito (ou Reserva) Indígena, para as ocupadas pelos silvícolas.

Dotados com os órgãos normais de administração (intendência, juízo de paz, subdelegacia de polícia, serviços públicos essenciais), os novos Distritos ficariam caracterizados, como figuras jurídicas do Direito Brasileiro, como Distritos Federais, implantados que seriam em terras da União e sob jurisdição federal.

Distritos confinantes constituiriam Municípios Federais. A estrutura sócio-econômica esboçada pelos planos de desenvolvimento regional aliar-se-ia, assim, a estrutura po-

lítica, como meio de obviar à precariedade da ocupação da terra gerada pela ausência do Estado, como fator de Ordem e Progresso.

As Micro-Regiões, delimitadas com o senso geo-econômico, abrangendo Municípios confinantes e economicamente afins, formariam a base de uma estrutura sócio-econômica mais consentânea aos Objetivos Nacionais Permanentes de Integração, Soberania e Progresso, como novos Territórios Federais amazônicos.

2.2. Migrações internas: repercussão econômica e social

Nas iniciativas que objetivaram a reforma agrária brasileira, no último quartel de século, cumpre reconhecer a prioridade da Igreja Católica, lançando, com a magnífica Pastoral Coletiva de 7 de Setembro de 1951, as bases da política rural mais consentânea à realidade brasileira, inspirada nos elevados princípios de justiça social e respeito à condição humana dos trabalhadores e à propriedade privada, traduzidos em normas que enumera e, *data venia*, aqui novamente transcreveremos:

1.º — Fazer da utilização da terra parte integrante do planejamento e pensamento econômico-social;

2.º — Insistir em que, nas zonas agrárias, o ensino da administração da terra e da produção, tanto na escola como no lar, tenha aspectos proeminentes de educação rural;

3.º — Dar lugar de destaque a um programa especial referente a escolas secundárias profissionais e técnicas e artes liberais, destinadas a atender às necessidades das comunidades rurais;

4.º — Reformar o sistema de taxação da terra e de seus melhoramentos, a fim de facilitar o acesso às riquezas naturais, a conservação segura e o adequado uso da terra — “Uma condição indispensável, para que todas essas vantagens se tornem realidade, é que a propriedade particular não desapareça, por excesso de exigências e de impostos” (Leão XIII, em RERUM NOVARUM);

5.º — Respeitados os direitos de propriedade, estimular a repartição de terras abandonadas;

6.º — Incentivar o emprego de métodos cooperativistas, junto a proprietários e administradores locais, onde se tornar necessária e aconselhável a produção em larga escala;

7.º — Insistir em que os salários e as condições de moradia dos trabalhadores dos campos sejam decentes e justos;

8.º — Estender com prudência a previdência social, especialmente a que se refere ao seguro de vida contra doença e velhice, aos trabalhadores das populações rurais;

9.º — Desenvolver, nas comunidades agrárias, o comércio e a indústria de propriedade de pessoas residentes no local e por elas pessoalmente dirigidos.

A linha de ação política balizada pelos itens citados da referida Pastoral seria, certamente, suscetível de maior ajustamento à realidade regional, como conviria a qualquer lei federal que considere o mesmo problema.

Um ponto, por exemplo, que, nos projetos conhecidos e na própria Lei vigente, ressalta como constante e, pelo acordo que em torno dele estabelecem as diversas correntes de pensamento, pode parecer pacífico mas que nem por isso perde o tom revolucionário que vem imprimindo à reforma agrária brasileira — *a propriedade da terra como condição indispensável para a fixação do homem à gleba, aspiração máxima do agricultor* — seria ainda suscetível de reconsideração, naquele ajustamento à realidade regional de que falamos.

Em primeiro lugar, parece-nos passível de reconsideração o próprio conceito de agricultor, como pequeno proprietário, conceito que justificaria a idéia de *dar terra a todos* mas que nos parece excessivamente restrita, em face da definição que adotamos para a reforma agrária, como *conjunto de medidas governamentais orientadas para a solução dos problemas da economia rural, visando a valorização da terra e do homem*.

A *valorização da terra*, pelo maior incremento da produção, implica, necessariamente, a adoção de métodos consentâneos ao maior rendimento do capital e do trabalho, tan-

to vale dizer — *mecanização*, onde e sempre que possível, ou ainda em ritmo progressivo, à medida das possibilidades nacionais, e *seleção de áreas*, tendo em vista a utilização dos meios de transporte e a proximidade dos centros consumidores. Não nos parece à feição de tais objetivos a pequena propriedade, seja nas zonas valorizadas por aqueles fatores, seja nos vazios demográficos. Ao contrário, a grande propriedade parece-nos melhor talhada para um movimento de renovação de métodos agrícolas, como o acima esboçado, primeiramente, porque representa o *status quo* do qual partimos para a reforma agrária, a qual perderia o desejável cunho conservador-evolutivo, se não a tomasse por base, em sua planificação.

Simbolizando a estrutura econômico-social vigente e, portanto, possível, a grande propriedade assim se impõe, como organização inicial cujos defeitos cumpre corrigir, com senso de economia e justiça social.

Cabe, na verdade, mais uma vez, a retificação de um conceito referente à reforma agrária — o *latifúndio* — que definimos, para o Brasil, como *a grande propriedade pioneira, à espera de providências do poder público que, reanimando a iniciativa e o capital privados, pelo cumprimento de antigas promessas, tácitas ou explícitas, de seus representantes, torne exequíveis os primitivos planos de exploração agrícola.*

— Que é o latifúndio, senão o fruto de uma política de expansão rural?

Comportando planos mais amplos de exploração, campo de experimentação da estrutura cooperativista, na organização sócio-econômica, e de mais elevada tecnologia agrícola, o latifúndio parece-nos providencial, no caso brasileiro.

Como esboço de grande propriedade, comportando planos mais amplos de exploração econômica e, portanto, a atividade produtiva de maiores populações, o latifúndio não poderia ficar à margem do movimento renovador, pelo simples respeito ao direito de propriedade. O imposto territorial, tomado em seu legítimo conceito de *renda do solo*, seria corretivo bastante, para a grande propriedade improdutiva.

Vemos, no clamor suscitado pela compra de grandes propriedades, na Amazônia, por estrangeiros, um reflexo da incompreensão do verdadeiro papel sócio-econômico reservado ao latifúndio.

Em primeiro lugar, caberia uma indagação, sobre qual dos aspectos da mesma operação seria mais grave: a compra ou a venda de terras, máxime de terras devolutas, com a anuência, portanto, do Estado, ou de terras privadas, de proprietários brasileiros sob a pressão do *imposto territorial progressivo*?

O imposto territorial, tomado em seu legítimo conceito de *renda do solo*, isto é, diretamente proporcional ao valor venal da terra nua, seria infenso ao caráter punitivo que se lhe dá, sob a forma de imposto progressivo, ao arbítrio dos agentes fiscais.

Admitimos maior facilidade de acesso do rurícola à propriedade da terra, através de planos de colonização baseados na associação cooperativa, pelo aproveitamento de áreas devolutas ou pela desapropriação democrática de terras privadas incultas, mas não consideramos a propriedade da terra (domínio direto) fator indispensável, para a radicação do homem à gleba. O título de propriedade tem sido, ao contrário, no caso brasileiro, estímulo constante à maior instabilidade, pelas seduições que da valorização da terra podem resultar. E o período de carência sugerido por certos projetos oficiais, para o pleno exercício do direito de propriedade — que implica a liberdade de vender o lote adquirido — parece-nos indício de compreensão de nossa assertiva e o reconhecimento tácito de que a posse da terra (domínio útil), a longo prazo renovável, corresponderia melhor ao interesse nacional e, talvez, às reais aspirações dos próprios agricultores, pela maior facilidade de instalação, menores dispêndios iniciais e, portanto, maiores disponibilidades para a exploração agrícola que objetivam.

Aliás, o Estatuto da Terra, definindo a *reforma agrária* como "o conjunto de medidas que visam a promover melhor

distribuição da terra, mediante modificação do regime de sua *posse e uso*, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade" e *política agrícola*, como "conjunto de providências de amparo à propriedade da terra que se destina a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego, seja no de harmonizá-la com o processo de industrialização do País", não faz promessa indiscriminada de *dar terra a todos*, senão no sentido de *posse* de lotes rurais.

No estágio atual de cultura tecnológica de nossos agricultores (o de pobreza, dada a necessidade de desembolso inicial, para a compra do lote agrícola), em sua imensa maioria, a pequena propriedade não parece ser o tipo mais indicado, para os fins da fixação das populações e maior incremento da produção. Conduzindo à dispersão de esforços, pelo isolamento e a preocupação de auto-suficiência, a pequena propriedade torna difícil a cooperação, sem a qual não há de ser possível a elevação tecnológica (mecanização).

Na cessão de *domínio útil*, pelo arrendamento de lotes, na grande propriedade, como nas glebas do Estado ou da União, abrangidas pelos Planos de Integração Nacional, a agricultores vinculados a empresas, em condições de segurança e perpetuidade, é que vemos a solução conservadora-evolutiva para o problema agrário, mais condizente com a índole brasileira, a natureza amazônica e os interesses da Integração Nacional.

A incorporação de propriedades privadas, inclusive latifúndios e minifúndios, em *sociedades de economia mista distritais*, integradas nos planos regionais de desenvolvimento, seria, pois medida complementar, visando aqueles interesses.

A *inalienabilidade das terras sob o domínio da União* e a caracterização do imposto territorial, como *imposto nacional* (e não, exclusivamente federal, estadual ou municipal), elevado, progressivamente, ao nível da *renda do solo*, direta-

mente proporcional ao valor venal da terra nua e sujeito a revisão quinquenal, seriam o prêmio de um novo regime tributário de maior coerência jurídica, mais à feição de uma defesa dos altos interesses nacionais, pela preservação da vitalidade da terra e da integridade do País.

A distribuição equitativa dos proventos do referido imposto, pelas três esferas administrativas — Município, Estado e União — seria o passo inicial para a unificação dos impostos, com a predominância final daquele que, simbolizando a renda do solo, que é o País patrimônio nacional indiscutível, base física da Nacionalidade, inalienável por sua própria natureza — ainda poderia conciliar o Estado com a consciência jurídica e os postulados da liberdade humana.

No movimento populacional da Amazônia Brasileira suscitado pelos Planos de Integração Nacional, cumpre considerar, além dos problemas de aclimação física das novas comunidades rurais, os da não menos rude e premente aclimação social, decorrente do contato inevitável das frentes pioneiras com as comunidades indígenas.

O desenvolvimento do plano iniciado, sob as Diretrizes Rondonianas, pelo antigo Serviço de Proteção aos índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1910, poderia, hoje, consubstanciar-se num programa assim concebido:

1) a proteção e assistência aos grupos indígenas, levando-lhes o necessário estímulo de progresso, segundo o grau de civilização alcançado, pela possibilidade e o exemplo de novos hábitos de vida e o emprego de instrumentos de trabalho mais eficientes, no cultivo da terra, na exploração extrativo e no comércio com as comunidades rurais convízinhas;

2) a educação da infância e a formação profissional da juventude, em convivência com elementos civilizados;

3) a localização de núcleos nacionais, tipo militar, sempre que possível, nas proximidades dos aldeamentos, para que exerçam atrações sobre os grupos arredios;

4) a criação de núcleos agrícolas, em moldes cooperativistas, adaptados à índole dos silvícolas e às condições econômicas do desenvolvimento regional;

5) a delimitação, como patrimônio inalienável dos grupos silvícolas, das glebas onde se achem aqueles permanentemente localizados;

6) o registro civil e a identificação dos silvícolas incorporados aos núcleos e cooperativas indígenas, a fim de lhes assegurar os direitos de condôminos das glebas;

7) a formação paramilitar da juventude, nos moldes do escotismo e dos tiros-de-guerra.

Cumpre velar por que, na orientação doutrinária da Fundação Nacional do Índio, predominem os aspectos humanos e econômicos da assistência aos silvícolas sobre os científicos, de modo que os interesses da antropologia jamais prejudiquem os interesses nacionais sintetizados na *incorporação dos silvícolas à Nacionalidade*, imperativo constitucional que, traçando uma diretriz objetiva, afasta a possibilidade de uma legislação ordinária que ponha em segundo plano aquela integração, admitindo pretensos quistos raciais, em áreas restritas do território nacional.

A primitiva organização tribal cabe relevante papel, na desejável reestruturação das comunidades indígenas, como arcabouço de verdadeira cooperativa. Sua preservação e seu aperfeiçoamento, segundo os moldes clássicos do cooperativismo, conduziria à integração dos grupos indígenas às comunidades rurais, sem a violência da dissolução, antes, ao invés, incorporando-as à Nacionalidade, como paradigmas de organizações sócio-econômicas de grupos afins pela consanguinidade, aplicados à exploração agrícola.

O elemento militar e o religioso, fatores seguros de bom êxito em sua multissecular experiência, na conquista dos povos indígenas, tem lugar proeminente, nos setores de educação e assistência.

Na consideração do problema nacional posto aos dirigentes, na rudeza de suas linhas mestras, pelos freqüentes conflitos entre colonos e indígenas, nos sertões amazônicos, ressalta a verdadeira e definitiva solução — a organização rural — visto como, em que pese às aparências de simples casos de polícia das selvas, trata-se, no fundo, de nítida questão agrária, motivada pela procura da posse de terras, na franja pioneira, onde já se alinham nossas tribos evoluídas que, atraídas pela civilização, põem em prática seus pendores industriais, em busca de riquezas, para o intercâmbio com os centros avançados da mesma civilização, ou se localizam grupos ainda selvagem, em reservas mal delimitadas e, por isso mesmo, à mercê das invasões.

2.3. Situação cultural das populações: as etnias brasileira e estrangeiras e a Integração Nacional

O problema das raças e de sua assimilação à etnia brasileira tem, em cada região, nuances variáveis que se tornam perceptíveis, após um estudo abrangente de todo o País, em sua grandeza territorial e em sua complexidade etnográfica. É o que tentaremos, perfunctoriamente, através de excertos da obra *Raça e Assimilação*, de Oliveira Viana.

Considera o mestre de valor incomparável, para os estudos de biologia étnica, as Nacionalidades americanas. O encontro das raças humanas, alienígenas e indígenas, tem aqui um horizonte de menos de 400 anos (de 500 anos, diríamos hoje). Mais evidentes se tornam, assim, aqui do que no velho mundo, os contatos étnicos, não só no ponto de vista das culturas como no dos cruzamentos.

Os fenômenos das raças mostram-se aqui em estado de elaboração contínua, podendo ser estudados com amplitude e precisão impossíveis no mundo europeu.

A confusão trazida à compreensão da psicologia das raças, pela noção de *raças nacionais* e *raças históricas*, causa equívoco que Oliveira Viana assinala, no estudo da antropologia social, gerando falso conceito de homogeneidade étnica.

dos diversos grupos nacionais ou históricos, conceito que desaparece, em face dos resultados da análise antropométrica, para dar lugar ao novo conceito de *povo*, *etnia* ou *nacionalidade*.

As psicologias de raça, antes formuladas, deixam assim de ter sentido, consideradas do ponto de vista biológico, podendo ser, entretanto, aceitas, como fórmulas mais ou menos felizes de expressão de psicologia de povos.

Propõe Oliveira Viana que se distinga *psicologia étnica* de *psicologia nacional*, como estudo da alma dos povos, produto complexo para cuja formação contribuem todas as forças elaboradoras da civilização e da evolução histórica dos povos.

O advento dos estudos da biotipologia humana teria, segundo Oliveira Viana, recolocado o problema da psicologia diferencial das raças sobre bases rigorosamente científicas, pondo fora de dúvida a correlação entre os tipos somáticos chamados raça e os tipos de inteligência e de temperamento dando lugar ao novo conceito de raça, como uma "*constelação endócrina hereditária*" (admitindo-se que todas as raças devem ser iguais, psicologicamente, embora diferentes, anatomicamente), conceitos estes cuja comprovação exigiria pesquisas especiais, com o emprego de métodos estatísticos finos e delicados que não são, certamente, os que no Brasil têm sido empregados nas pesquisas do gênero, os quais deixam a desejar, quanto aos métodos de exposição e elaboração dos dados.

Nos recenseamentos de 1872 e 1890, os nossos demografistas oficiais adotaram uma classificação dos tipos antropológicos brasileiros, tomando, como critério diferenciador, exclusivamente, a cor da pele, um critério morfológico, classificação que não mais poderia ser aceita, observa Oliveira Viana. É que estes grandes quadros étnicos, assim estabelecidos, acomodando os vários tipos antropológicos constitutivos de nossa população, revelam-se demasiadamente complexos e heterogêneos, tornando-se impróprios para as pesquisas tendentes à solução dos grandes problemas relativos à biolo-

gia, à psicologia e à sociologia das raças no Brasil... A mestiçagem é uma causa de ampliação do campo de variabilidade das raças — o que é muito importante, num país onde os cruzamentos se operam tão largamente... Impossível, portanto, caminharmos no sentido da indistinção, da indiferenciação, da unificação, desacreditada, como estaria, segundo o mestre, a teoria da evolução convergente dos tipos. Se é possível utilizar com vantagem os dados obtidos sobre cada um dos grupos étnicos, como um tipo, no campo da pura antropometria ou da antropologia física, não parece a Oliveira Viana possível manejar com eles utilmente, no campo da antropologia funcional, isto é, da antropologia dinâmica que é o da hereditariedade étnica, da seleção telúrica, da fecundidade, da patologia, da psicométrica diferenciais. Nada repugna mais ao espírito do mestre, habituado a julgar os homens e os grupos humanos como realidades tangíveis, como a utilização de médias que nada significam, que não passam de puras expressões matemáticas, insuscetíveis de ser traduzidas em realidades vivas.

Na determinação dos tipos antropológicos, em vez de médias individuais, propõem os mestres renovadores um trabalho preliminar de observação ou amostragem dos vários tipos. Trabalhos desse gênero foram realizados, no Brasil, fixando os tipos de sertanejo (Euclides da Cunha e Roquette Pinto) e do gaúcho (Campos Junior). Restaria realizar a respectiva análise antropométrica e biométrica, objetivando as correlações morfo-físio-psicológicas que os caracterizam, como tipos diferenciados da população brasileira.

No Brasil, a obra de caldeamento e fusão de raças, iniciada no primeiro século, prossegue indefinida e incontrolável, com os antigos e novos centros de hibridação em plena atividade. Mesmo no Sul, onde predomina a raça caucásica, o trabalho destes núcleos é fundir as cinco ou seis variedades européias, num *melting-pot* privativo, por assim dizer, pondo em evidência duas ordens de problemas e, conseqüentemente, duas ordens de pesquisas a fazer: os da interfusão das etnias e os da interfusão das raças.

Detêm-se Oliveira Viana em minúcias do método de Bloom Wessel, sociólogo americano, para as pesquisas deste gênero, método que faculta apurar com segurança o grau de interfusão das etnias, nestas coletividades complexas formadas pelas aluviões colonizadoras, em países de imigração. Reconhece, entretanto, o mestre que, sobre nosso *melting-pot*, uma análise matemática, à maneira de Wessel, será operação impossível, se tivermos que jogar com dados das nossas estatísticas demográficas, cuja técnica gera indiscriminações tais que impossibilitam, inteiramente, qualquer estudo mais penetrante e detalhado do nosso plasma racial. Desejaria o mestre, por exemplo, que os imigrantes aparecessem discriminados por zonas de origem (e não apenas por nacionalidade); que se distinguíssem, entre brasileiros, os de origem (de quatro costados) dos filhos de estrangeiros e dos naturalizados (indiscriminação que gera altas percentagens, para a etnia brasileira, no coeficiente geral de homogeneidade de centros migratórios de alta tensão.

A maior ou menor rapidez no afluir para o *melting-pot*, esta fusibilidade maior ou menor das etnias está dependendo de uma infinidade de fatores que não apenas o seu volume numérico na população geral (há os fatores raça, religião, língua, cultura, tradição, etc.), fatores cuja análise se torna impossível, dada a insuficiência de dados sobre a nupcialidade dos grandes centros de imigração.

Não nos iludamos, diz o mestre, com referência aos altos coeficientes de homogeneidade revelados pelas diversas colônias: esta polarização em torno das etnias afins pela cultura e pelo tipo, tudo isto outra coisa não representa, senão recursos sutis e invisíveis de defesa, de que as etnias transmigradas se utilizam, para reagir contra a ação assimiladora dos novos meios. Nestes campos cisatlânticos de colonização, os climas sociais têm, sobre as condições culturais trazidas pelas várias etnias imigrantes, uma ação dissociativa, transformadora e seletiva comparável à que os climas físicos, principalmente os tropicais, devem estar exercendo sobre as condições biológicas dos novos tipos imigrantes. São processos de seleção e adaptação cultural e biológica que cumpre in-

investigar, todos eles, porém, inteiramente destituídos de quaisquer elementos matemáticos com os quais se possa construir a base científica de uma teoria interpretativa, pouco valendo os elementos coletados por nossas repartições estatísticas, as quais visam apenas o objetivo estrito do simples cálculo do volume da população, sem um intuito de conhecimento mais profundo e complexo das condições demográficas das unidades em causa... dominados, ao que parece, nossos serviços demográficos das preocupações e das diretrizes dos mestres europeus, para que os fenômenos de aculturação e assimilação de estrangeiros, tão importantes nos países deste lado do Atlântico, não têm, como é natural, importância alguma.

O estudo do nosso *melting-pot*, segundo os métodos estritamente biométricos, é, pois, condição essencial para o conhecimento das leis que estão regendo a formação e a evolução antropológica das raças em nosso povo e sob os nossos climas... conclui o mestre. E sua realização ficaria na dependência de uma radical modificação dos processos de levantamento estatístico, dos censos demográficos, no sentido conveniente à natureza das pesquisas acima apontadas, o que não parece provável, quando deixam de figurar, nos últimos Censos, a simples diferenciação da cor.

Ouvidas estas considerações do mestre da antropologia brasileira, retornemos a nossas notas sobre os problemas da nacionalização e assimilação suscitados pelas correntes imigratórias européias e asiáticas, especialmente a mais importante destas — a corrente japonesa — que há 50 anos começava a distinguir-se, pelo vulto e pela conduta, em face dos objetivos nacionais de integração, desenvolvimento e segurança, em seus aspectos positivos e negativos.

As correntes de imigração de origem européia tiveram manifesta preferência pelas Regiões Sul e Sudeste. Tomando para exemplo a imigração alemã, verificamos, pelo Censo de 1940, que dos 89.000 imigrantes desta nacionalidade existentes no País, 72.000 (81%) haviam-se localizado no Sul. Dos 1.854 estrangeiros domiciliados em Goiás, apenas 284 eram alemães.

Não nos iludimos, porém, ao atribuir essa preferência mais acentuada pelos Estados do Sul, não a suposta incompatibilidade da raça branca em relação aos trópicos, mas a fatores outros, além do clima — fatores sociais e econômicos. A preferência pelas regiões mais prósperas e pelas colônias já constituídas, onde estariam asseguradas aos recém-chegados, além do conforto da convivência de patrícios, certas vantagens de assistência mútua, através da organização cooperativa, era fruto de mero bom senso, ao qual as condições climáticas traziam um novo argumento.

Era, portanto, de esperar que o Centro-Oeste, pelo desenvolvimento das vias de comunicação e os estímulos à colonização, pudesse, igualmente, em futuro próximo, atrair, não mais as correntes da imigração européia, reduzidas a menores proporções, pela contingência da recuperação econômica dos países de origem, após a II Grande Guerra, mas os descendentes brasileiros dos imigrantes que se fixaram nos estados do sul, naqueles 120 anos de imigração dirigida ou espontânea.

A simples observação pessoal do movimento migratório suscitado pelas rodovias amazônicas, no norte mato-grossense, convence-nos de que predominam, nas levas migrantes, brasileiros de origem européia e nipônica, procedentes de São Paulo e do Sul, os quais, melhor dotados de recursos financeiros e habilitações tecnológicas, para a compra da terra e sua exploração, nas condições impostas pelo INCRA, segundo a concepção oficial de reforma agrária, passam a constituir uma nova classe de proprietários rurais, à qual vem submeter-se, como agregada, a massa de nordestinos que, desprovidos de quaisquer recursos que não sejam seus próprios braços e os de seus filhos, não têm outra alternativa, para suas aspirações de agricultor e continuam marginalizados, como assalariados ou parceiros, em terra alheia.

Entretanto, nos núcleos coloniais assim implantados, nas glebas recém-abertas pelas rodovias amazônicas, prossegue o caldeamento de raças e etnias, indefinido e incontrolável, do qual resultará, mercê de nossos esforços, no campo psicosso-

cial, pela educação moral e cívica, instrução e elevação tecnológica da família rural, pela adoção de um regime de terras consentâneo ao progresso com justiça social, conciliando interesses nacionais e regionais, pela inalienabilidade das terras públicas e maior facilidade de acesso do agricultor à posse da gleba que hoje o atrai, com promessas de um futuro de paz e prosperidade que devem concretizar-se, a grande Nação que almejamos.

3. SÍNTESE CONCLUSIVA

A falta de elementos de informação, para uma configuração da conjuntura amazônica, face aos fundamentos específicos do Poder Nacional, em seus aspectos psicossociais — o homem, a terra e as instituições — leva-nos a estimativas baseadas em dados demográficos desatualizados e ao recurso do noticiário e de relatórios setoriais, para a tentativa de uma síntese objetiva.

Na elaboração de uma síntese assim concebida, caberia, preliminarmente, a retificação de conceitos histórico-geográficos decorrentes de uma didática tradicional que leva a uma vinculação do Brasil, como antiga colônia, à metropole portuguesa, em sutilezas da História comum que carecem de maior profundidade nas pesquisas, a bem da verdade histórica, na qual tem raízes o nacionalismo brasileiro.

Assim, em que pese à ênfase de recentes comemorações do descobrimento, no litoral balano, cumpre reconhecer que, pelo *uti possidetis* de direito, era o Brasil ao dealbar do século XVI, um país amazônico, reconhecido, em seu litoral nordeste, por exploradores ibéricos.

Com a fundação de Belém, em 1616, estendem-se as explorações luso-brasileiras a oeste e ao norte, pelos Rios Amazonas, Negro, Solimões e seus grandes afluentes, ampliando o domínio português, em busca de limites estáveis com as colônias espanholas, através de contendidas entre Governos que

se estendem até a Era da Independência, na qual chegam as novas Repúblicas andinas e o Império do Brasil aos acordos da Gestão do Grande Rio Branco.

— *Il faut que le Brésilien à nouveau regarde vers l'Ouest, retrouve la hardiesse des bandeirantes...*

A sábia e oportuna advertência do Professor Pierre Defontaine⁽⁴⁾ tem uma ressonância política, na "Marcha para Oeste" (*o verdadeiro sentido da brasilidade...*) do Presidente Getúlio Vargas. E o censo confirma a reação nacional, no sentido do reajustamento demográfico, tendo em vista o equilíbrio entre os dois fatores primordiais de desenvolvimento — a terra e o homem — com o impulso das correntes migratórias espontâneas que do Nordeste, Sudeste e Sul convergem para o Centro-Oeste.

Como reflexo desse movimento de interiorização, apresenta-se a Amazônia Brasileira, no Censo de 1970, com uma população de 7 milhões de habitantes que, vencido o quinquênio, devem elevar-se 8,5 milhões, colocando-a, pela densidade (1,7 hab/km²) no nível da Austrália e do Canadá, potências econômicas, no consenso universal.

A repercussão econômico-social das migrações internas e a tensão dela decorrente chegam até nós pelo noticiário. A intensificação daquelas correntes, em busca de glebas amazônicas, tem ao que parece surpreendido os órgãos da colonização nacional e superado as providências governamentais, à falta de uma planificação em escala necessária, especialmente no norte mato-grossense, no Território de Rondônia e no Acre — na Grande Rondônia, meta geográfica da expansão da Brasilidade rumo ao oeste.

Causas outras de perturbação do povoamento, gerando conflitos entre colonos, senhores da terra e o próprio Estado, a que a planificação não poderia talvez obviar, decorrem de uma exegese da lei básica — o Estatuto da Terra — inspirada em conceitos tradicionais.

(4) Pierre Defontaine (prefácio de PELO BRASIL CENTRAL, vol. 30 da BRASILIANA — 1934).

A inalienabilidade das terras da União, a incorporação das glebas, inclusive latifúndios e minifúndios, em empresas de economia mista distritais; a posse de lotes familiares, com títulos de domínio útil, a agricultores vinculados àquelas empresas, em condições de segurança e perpetuidade, seriam postulados para uma regulamentação decorrente de uma nova exegese da mesma lei, mais consentânea às reais aspirações de colonos e empresários e aos verdadeiros interesses nacionais. O imposto territorial, tomado como renda do solo, diretamente proporcional ao valor venal da terra nua e não suscetível de majorações progressivas e arbitrárias, teria na reforma agrária brasileira o verdadeiro lugar que lhe indica a sã doutrina econômica, trazendo àquela regulamentação a união do direito e da justiça social.

Um dos aspectos peculiares da Amazônia Brasileira, naqueles conflitos entre colonos e senhores da terra, cumpre considerar, com equanimidade — os conflitos gerados pelo contato das frentes pioneiras com os grupos indígenas.

A delimitação legal das reservas indígenas, sua materialização no terreno e organização, com núcleos agrícolas e centros educacionais adaptados ao nível cultural dos silvícolas, e a conciliação de interesses dos colonos “invasores” credenciados pelo próprio Estado, pela substituição dos títulos peremptos de propriedade por outros de domínio útil creditando-se à Fundação Nacional do Índio os proventos do imposto territorial correspondentes àqueles títulos, seriam providências de molde a levar àqueles sertões a paz social e o congraçamento entre brasileiros ora empenhados na mesma batalha pela Integração Nacional.

O problema das raças e de sua assimilação à etnia brasileira tem, na Amazônia, nuances especiais. Lá, como em todo Brasil, prossegue, indefinida e incontrolável, a obra de caldeamento e fusão de raças iniciada há milênios, no recesso americano, e intensificada após o século XV, com o advento das correntes européias, africanas e asiáticas.

O estudo do nosso *melting-pot*, segundo métodos estritamente biométricos, seria condição essencial para o conheci-

mento das leis que estão regendo a formação e a evolução antropológica das raças em nosso povo. Sua realização ficaria, porém, na dependência de radical modificação (de que não se cogita) de processos de levantamento estatístico, dos censos demográficos, no sentido conveniente às pesquisas apontadas.

Inspirando-se no *jus solis*, escoimada, em consequência, nossa Lei Magna de quaisquer preconceitos de raça ou religião, não nos resta sequer uma opção, entre os conceitos de *raça* e *etnia*. É-nos imposto, assim, o conceito de *etnia* (ou nacionalidade) brasileira, na consideração do aspecto etnográfico do grande problema da Integração Nacional.

O espírito de brasilidade assim compreendido e o senso prático levar-nos-ão a relegar, por ociosos, ao terreno das cogitações teóricas, os estudos e pesquisas etnográficas, inclusive os referentes às populações indígenas, submetidas que foram, há milênios, à miscigenação das raças americanas e, há séculos, contribuindo intensamente para o *melting-pot* brasileiro. O índio, o branco, o negro e o amarelo, no Brasil, devem ter, pela dupla imposição das leis naturais e sociais, um denominador comum — a brasilidade.

Excluída a idéia de uma *raça brasileira*, de um tipo físico de realização impossível, cumpre concentrar esforços, pela Educação, no sentido de realizar aquela unificação, no campo psicossocial, pela identidade de linguagem, aspirações e sentimentos, para a qual convergem, numa predestinação, raças e etnias, indígenas e alienígenas.

— O bom general deve ter a cabeça grande
e a língua pequena.

(NAPOLEÃO)

Publicações Recebidas

Agradecemos o recebimento das seguintes publicações:

- BOLSA (Brasil) — Números 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211.
- AERONAUTICA (Brasil) — Número 93
- NO MAR (Brasil) — Números 386 e 388
- BOLETIM INFORMATIVO (Brasil) — Número 24
- DIGESTO ECONÓMICO (Brasil) — Número 245
- SANEAMENTO (Brasil) — Números 48 e 49
- MAR (Brasil) — Número 236
- DEFENSE NATIONALE (França) — Números 10F 3 10r
- PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO (Brasil) — Números 29 e 30
- A FRANÇA EM REVISTA (França) — Números 4 e 75
- TAM (França) — Números 925, 926, 927 e 028
- FUERZAS ARMADAS (Paraguai) — Número 209
- MILITARY REVIEW (USA) — Números 7, 8 e 9
- EJÉRCITO (Espanha) — Números 428 e 429
- BOINA NEGRA (Espanha) — Número 93
- GUION (Espanha) — Números 400 e 401
- REVISTA MILITAR (Portugal) — Números 8 e 9
- JORNAL DO EXÉRCITO (Portugal) — Número 191
- ESTRATÉGIA (Argentina) — Números 34 e 35
- ADMINISTRACIÓN MILITAR Y LOGISTICA (Argentina) — Números 449, 450, 451 e 452
- FORZAS ARMADAS (São Domingos) — Número 224

Problemas da Organização Moderna

MAJ Inf QEMA
OMAR LIMA DIAS

1. Identificação dos problemas organizacionais

Inúmeros problemas ocorrem desde o momento em que pessoas são postas em relacionamento mútuo e em busca de determinados fins. Tais problemas avultam quando ao grupo são atribuídos recursos financeiros e materiais, objetivos, mercados, competição, etc. Este conglomerado de entes, motivações e influências caracterizam, de certa forma, a organização, que a cada dia que passa, vai se tornando mais complexa mercê do avanço científico, do crescimento das necessidades dos indivíduos e das mudanças gerais que ocorrem no mundo (Fig. 1). Daí decorre a necessidade de estudos especializados para a determinação e solução de seus problemas.

A identificação dos problemas da organização, seu equacionamento, levantamento de alternativas e soluções, são atribuições de especialistas que, por preparo, devem estar habituados ao trato do assunto, em que pese as características inerentes a cada tipo de organização.

A conceituada empresa de assessoramento gerencial Lang, Brimberg, Close, Associados, de São Paulo (SP), apresentou no II Congresso Interamericano de Treinamento, Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal, realizado recentemente no México, um levantamento obtido em entrevistas com mais de 2.000 executivos. Nesse levantamento foram determinados

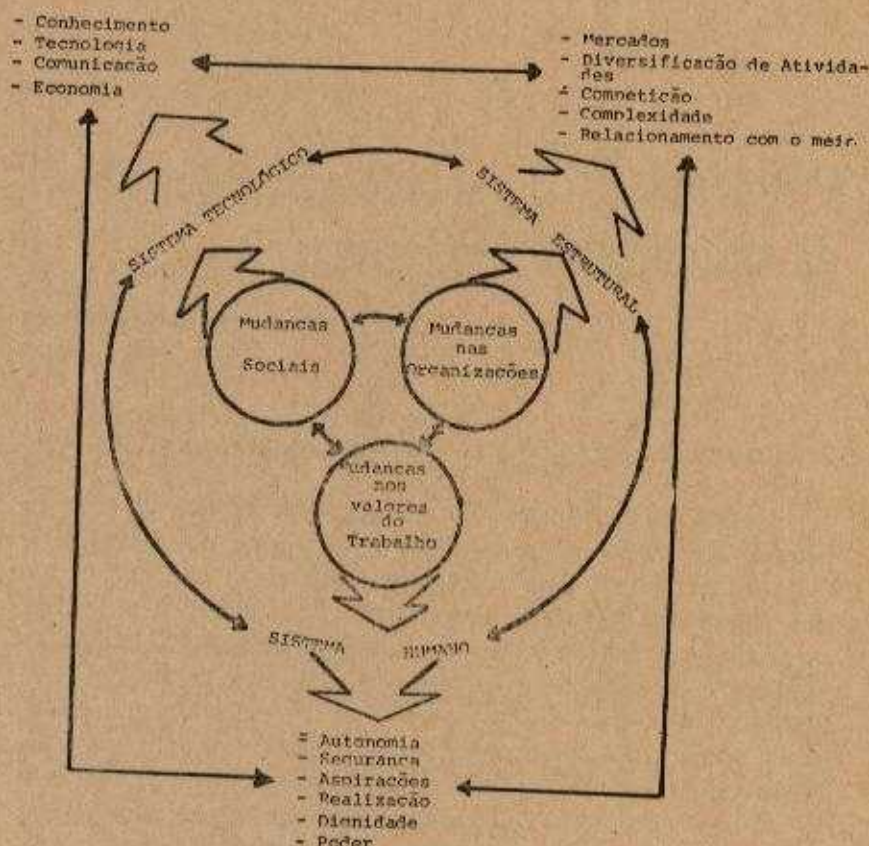


Fig. 1 — Efeitos das Mudanças sobre os Sistemas

os problemas da área gerencial que mais afligiam aqueles administradores, conforme a seguir se ilustra:

— Comunicação	16,5%
— Relações Humanas	14,9%
— Delegação	12,0%
— Liderança	10,8%
— Planejamento	7,9%
— Organização	7,8%
— Controle	6,2%
— Motivação	6,2%
— Outros	17,7%

Verifica-se pela apreciação simples dos percentuais apresentados que os problemas característicos da função administrativa (Planejamento, Organização, Controle) representam cerca de 22% das preocupações dos dirigentes empresariais. Se considerarmos a Delegação, a Comunicação e a Motivação como instrumento de gerência, como realmente são, esse percentual (56,7%) se mostrará bem mais drástico que os expressivos 22%.

Ora, se a eficiência operacional de uma organização depende de uma efetiva resolução dos problemas administrativos, esta tarefa não pode ser atribuída a elementos sem especialização no assunto ou, no dizer do eminente técnico Dr. Paulo C. Moura, a "acheólogos" (Eu acho que deve ser assim! — Eu quero que seja assim!), sob pena de se conduzir a empresa ao caos funcional e administrativo.

2. Áreas de dificuldades

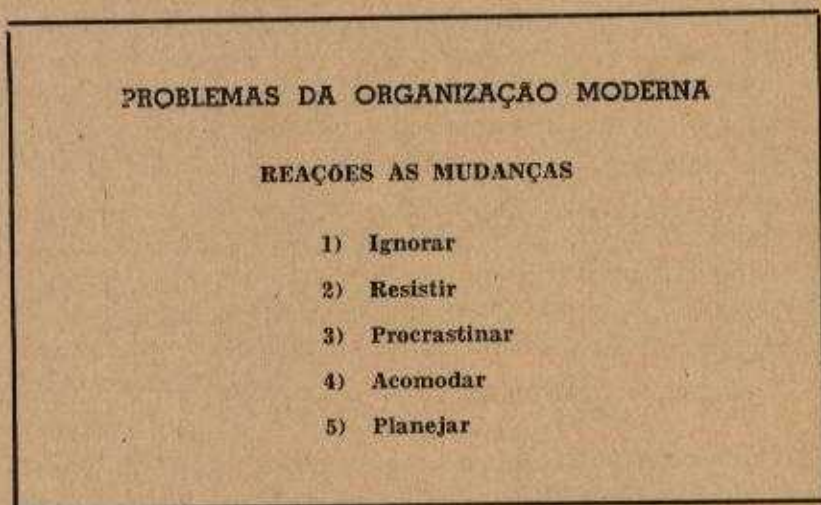


Fig. 2 — Tipos de Reações às Mudanças

O executivo, por falta de preparo ou de descortino, não tem apresentado, de um modo geral, a capacidade de realizar planejamentos globais, mediante elaboração de estudos e

planos, fixação de objetivos e adoção das modernas técnicas de orçamentação. Desta forma não tem apresentado a capacidade de inovar, seja no tocante às estruturas organizacionais e técnicas e processos de trabalho, seja no tocante à consideração do problema humano. Há reações generalizadas às mudanças, em diversas formas (Fig. 2), mas sempre com a finalidade de manutenção do "estado de coisas" atual.

Essas áreas de dificuldades são agravadas quando a organização, por seu porte e características tradicionais de desenvolvimento de seus recursos humanos, não possui condições ideais para o fornecimento rápido de informações, no mais amplo sentido. Indefinição de atribuições, centralização excessiva na tomada de decisões, falta de oportunidades de participação, conflitos entre "Staff" e produção, caracterizam as organizações com problemas administrativos.

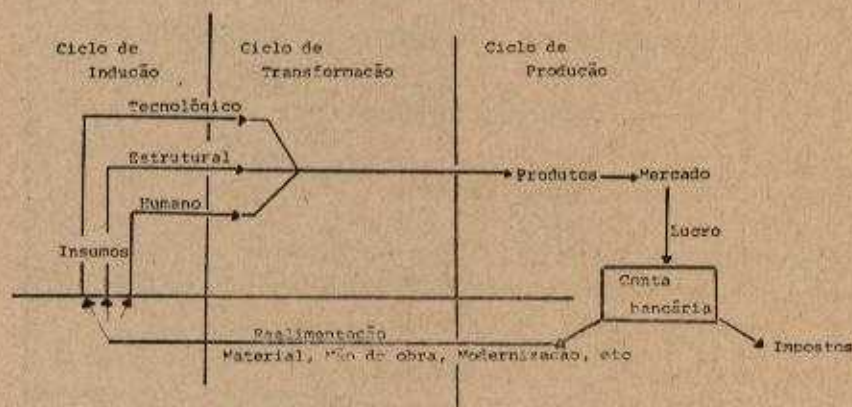


Fig. 3 — A Organização Empresarial como Sistema

Entretanto, o maior problema que ocorre na organização atual é a incapacidade generalizada de se visualizar a empresa como um todo constituído por partes interrelacionadas

e interatuantes, capazes de se influenciar. Essa incapacidade de sentir a organização sob o ponto de vista (enfoque) de sistemas (Fig. 3) é que gera o agravamento e a falta de solução para a maioria dos problemas. Além disso, há o medo sempre possível de sentir-se apenas "peça" da grande engrenagem ou sistema. Esse medo infundado reside no receio de que os gestores dos sistemas, se assim podemos dizer, possam ir ao âmago dos fatos administrativos e, sob a égide da eficiência, fazer cair mitos e "donos" de determinadas áreas ("Este assunto só quem entende é o Dr. Fulano. Nada pode ser feito sem o parecer dele!").

3. O enfoque sistêmico

A visualização da organização, como um sistema composto de subsistemas menores, se opõe às idéias tradicionais de que a estrutura organizacional era composta de partes estanques. Através desta concepção antiga, era lícito pensar-se na reestruturação ou modernização de setores, sem atentar-se nas conseqüências disto para os outros. Era querer que uma das colunas de água, nos vasos comunicantes, ficasse no mesmo nível, quando na outra fossem adicionadas novas porções. Não havia relacionamento entre causa e efeito.

Esta nova concepção, advinda da Teoria dos Sistemas, levada à organização empresarial, tem proporcionado uma nova maneira de considerá-la, possibilitando-lhe tornar-se mais dinâmica e receptiva às novas técnicas operacionais organizacionais e relativas à moderna concepção do indivíduo, como ser participativo.

4. O moderno executivo — o administrador eficiente

Em qualquer organização os níveis funcionais inferiores se caracterizam pela atuação nas áreas operativo-tecnológicas, ao passo que os superiores vão, pouco a pouco, no sentido ascendente, voltando-se para os aspectos administrativos. A ascensão profissional do técnico para os níveis mais

elevados faz com que assuma, conseqüentemente, mais encargos administrativos, muitas vezes com deficiências de preparo e visão para essa importante área. Assim, esse tipo de administrador, guia-se pela experiência setorializada que obteve e, em muitos casos, pelo bom senso, nem sempre o processo mais indicado na tomada da decisão (Fig. 4).

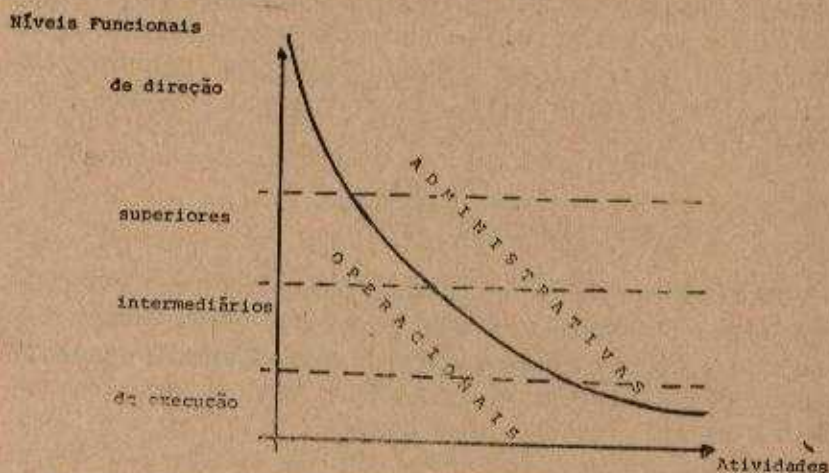


Fig. 4 — Encargos administrativos e operacionais, por níveis funcionais

Verificamos, pelo gráfico apresentado, que o acesso aos mais altos postos é diretamente proporcional ao acréscimo de atividades administrativas. Assim, o engenheiro, que no início de sua carreira via-se envolvido especificamente com atividades técnicas, como por exemplo, a produção física de um determinado equipamento, à medida que ascende na profissão, vai assumindo outros encargos além dos puramente operacionais. Coordenação e controle de atividades, planejamento e aplicação de recursos financeiros, administração de material e outras tarefas, vão absorvendo o profissional que, pouco a pouco, vai se engajando em áreas administrativas.

Dai decorre a crescente importância atribuída ao desenvolvimento dos recursos humanos, na organização, com o objetivo de capacitá-los à compreensão e à integração dos diversos aspectos que envolvem a empresa — o tecnológico, o estrutural e o humano. Somente com essa compreensão e ca-

pacidade de integração, o administrador moderno poderá atingir os níveis de eficiência desejáveis para o desempenho da moderna empresa (Fig. 5).

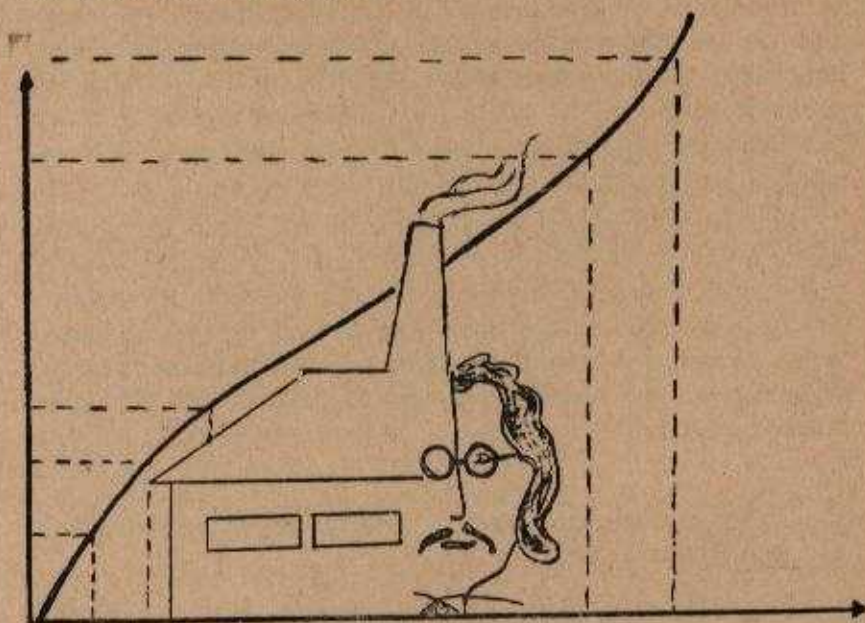


Fig. 5 — A integração dos aspectos tecnológico, estrutural e humano é fundamental

5. O choque das mudanças

É dos dias atuais a consciência de que tudo que nos cerca está mudando em ritmo acelerado. Foi-se o tempo em que podia o homem tranquilizar-se com a idéia de que o amanhã deveria ser semelhante ao hoje. As explosões de conhecimento, a expansão da tecnologia, particularmente o desenvolvimento dos meios de comunicação, o crescimento vertiginoso da economia, aliados aos conceitos adquiridos pelo homem atual quanto à autonomia, aspirações, realização e criatividade, bem como a expansão dos mercados, as crises de competição e concorrência, ensejaram interatuantes mudanças na sociedade, nos valores do trabalho e na própria concepção das organizações informais.

Alvin Toffer, em o "Choque do Futuro", analisa o problema da mudança e seu impacto sobre o homem atual, prescrevendo estratégias de sobrevivência. Visualiza o advento de organizações extremamente flexíveis, chamadas "ad-hocracia". Já João Bosco Lodi, em "A crise da Organização" conclui que "as empresas ocupar-se-ão cada vez mais com sua capacidade adaptativa — inovativa." Essas estratégias, e características anti-entrópicas, voltam-se à capacidade de a organização autodesenvolver-se, ou da "incorporação, por parte de suas estruturas, da capacidade de inovação contínua", conforme expressa Paul C. Buchanan, em "Desenvolvimento Organizacional como estratégia dos Processos para mudança".

Podemos, pois, numa conclusão parcial, alinhar as estratégias de sobrevivência ao desenvolvimento dos recursos da organização, nos seus campos tecnológicos, estrutural e humano.

6. Uma metodologia para a solução integrada dos problemas

Verificamos que os inúmeros problemas que a organização apresenta ocorrem nos seus três grandes sistemas:

- *Sistema Tecnológico*, em geral, sua área de atividades-fim, abrangendo setores diversificados, tais como produção, pesquisa e desenvolvimento, etc.
- *Sistema Estrutural*, com ingerência nos subsistemas de Administração de Material, Financeira, Patrimonial, Organização & Métodos, Marketing, Auditoria, etc.
- *Sistema Humano*, essencialmente integrado por subsistemas de Pessoal, com seus aspectos informais, particularmente de Relações Humanas, Desenvolvimento de Recursos Humanos, etc.

Os problemas que ocorrem nessas áreas são agravados pela incapacidade da visualização da organização como sistema e de sua inflexibilidade com relação às mudanças. Con-

seqüentemente, uma metodologia que integre as ações a desenvolver nos 3 (três) sistemas, com base no enfoque sistêmico e adequação da empresa às mudanças, vem de encontro à solução dos problemas citados. Vemos essa metodologia como técnica integrativa de conhecimentos tecnológicos (operacionais), estruturais (administrativos) e humanos (Psicologia, Relações Humanas, etc.)

O Desenvolvimento Organizacional, moderna técnica recentemente introduzida no Brasil, é um processo de mudança planejada, orientada sob a visão da integração sistêmica, e tem por finalidade desenvolver uma organização, em todos os seus aspectos, tornando-a altamente receptiva às mudanças e propiciando a adesão dos propósitos do pessoal nela envolvido mediante seu desenvolvimento, aos propósitos da própria organização. Visa, assim, a reformular e aperfeiçoar a cultura de uma organização, no sentido de que esta passe a promover a atualização das modernas técnicas de planejamento, de formulação de decisão, da comunicação, da valorização dos recursos humanos, bem como adoção do conceito de que deve estar em interação com o meio e que com este deve evoluir.

Uma assessoria de Desenvolvimento Organizacional poderá comportar, tecnicamente, elementos habilitados no trato das áreas já citadas. Em princípio, assessores externos poderão atuar nos sistemas estrutural (organizaçã, *layout*, métodos e processos de trabalho, etc.) e humano (relações informais, desenvolvimento de recursos humanos, formação, etc.), ao passo que elementos da própria organização atuarão no sistema tecnológico.

Não existem métodos e processos para se realizar o Desenvolvimento Organizacional. Cada caso deverá ser equacionado para o levantamento da metodologia e soluções possíveis. Entretanto, de maneira bastante geral, a aplicação do Desenvolvimento Organizacional poderá ser realizada em 6 (seis) fases, nas quais o especialista, com assessoramento de administradores, psicólogos, sociólogos, engenheiros, economistas e outros profissionais, é de fundamental importância.

A 1ª Fase, a de *entrada*, é caracterizada pelo ingresso do técnico na organização, e particularmente, entre outras atividades, pela determinação dos pontos ou áreas de menor resistência. A 2ª Fase, a de *diagnose*, constitui-se na determinação dos problemas (sistemas tecnológico, estrutural e humano), pela equipe de analistas, já familiarizados no âmago da organização. A 3ª Fase, a de *intervenção*, consiste na aplicação de soluções para os problemas determinados, de maneira integrada. A 4ª Fase, a de *avaliação*, visa aquilatar o grau de qualidade das modificações introduzidas. A 5ª Fase, a de *reajustamento*, destinada ao reajuste das soluções introduzidas e, a 6ª Fase, a de *institucionalização* das soluções reajustadas e de uma tecnologia de autodesenvolvimento, em termos de "feedback", de modo a não mais haver dependência, em princípio, de assessoramento externo.

7. Conclusões

Conforme expressa Richard Beckard em "Desenvolvimento Organizacional: estratégia e modelos", não há necessidade de "ter-se uma bola de cristal para que se possa ver as tendências para os próximos anos em matéria de esforços de melhora organizacional". Verificamos, nós mesmos, que vivemos em um país de desenvolvimento acelerado, que muito há o que se fazer, não somente visando ao futuro que se avizinha, mas também ao presente, no sentido de se trazer a organização empresarial nacional aos dias atuais para que participe do desenvolvimento que ora se processa.

Para tanto, adequados programas de Desenvolvimento Organizacional poderão dar condições, ao executivo atual, em qualquer tipo de empresa, pública ou privada, de equacionar os problemas de sua organização. Essa capacidade induzida trará, como consequência, a melhoria do desempenho da organização em proveito próprio e da coletividade, e em constante interação com o meio ambiente, onde as mudanças se processam.

Viaturas Blindadas ou Sistemas-de-Armas?

**Cel Cav QEMA
ZOLA POZZOBON**

Viatura é galicismo adotado em nossa língua e amplamente difundido no Exército, talvez por influência da antiga Missão Militar Francesa.

A designação de pessoa ou coisa pelo nome forma imagem indelével em nossa mente. Uma das primeiras atividades de nossos primeiros pais, segundo a versão bíblica, foi a de dar nomes a animais e coisas. Quando alguém nasce, a cerimônia mais importante que se segue é o batismo.

Sabemos que existem viaturas-sobre-rodas, sobre-lagartas e mistas, estas últimas mais raras. A blindagem pode ser montada sobre qualquer tipo de rodado.

Carros-de-combate, viaturas blindadas para transporte de pessoal ou de reconhecimento, etc., podem ser englobados como "blindados".

Assistimos ao impacto causado pela Motomecanização na conduta do combate e no resultado das batalhas durante a 2.^a Guerra Mundial.

Seus reflexos fizeram-se sentir no Exército Brasileiro que procurou, a partir da década de 40, familiarizar-se com engenhos blindados, desde o Ansaldo, Renault, Scout-car, M3 A1, Grant, etc., até o M 113, a série do M 41 e agora, o Urutu e o Cascavel, de fabricação Nacional.

A sede e a necessidade de dominar o motor, formar mecânicos e motoristas, numa época em que não havia indús-

tria nacional de automóveis, levaram o Exército a organizar a Escola de Motomecanização, denominação sabiamente mudada para Escola de Material Bélico, da qual vêm saindo "fornadas" de especialistas que transmitem seus conhecimentos à tropa.

Constitui motivo de zelo e como que "questão de honra" para comandantes de unidades motorizadas ou blindadas apresentarem o máximo de disponibilidade de viaturas em seus mapas mensais. Para isso, enfrentam os pontos de estrangulamento na cadeia de suprimento, em especial nas viaturas estrangeiras, escassez de ferramental e os óbices representados pelo serviço diário, que desvia mão-de-obra especializada.

Criada a mentalidade de manutenção, através do esforço diário, anônimo e persistente; alcançando alto grau de disponibilidade em viaturas, imaginemo-nos num corpo-de-tropa blindado, do início do período de Aplicação.

A unidade de carros desloca-se para o campo de instrução, onde será realizado um ataque, com ultrapassagem de elemento detido. Cruza-se a linha de partida. Desenvolvidos no terreno, progridem os carros. Caem sucessivamente, 01, 02, etc. e mensagens codificadas informam ao PC que o objetivo final acaba de ser conquistado.

Terminada a "manobra", procede-se à crítica, ressaltando-se os ensinamentos. Chefes de carros de motoristas, Cmt de subunidades e de pelotão, coordenação, comunicações, enfim, tudo e todos postos à prova, apresentando rendimento altamente compensador.

— Nenhum carro ficou para trás! — dirá com merecido orgulho o Cmt da unidade.

— Muito bem. Congratulações! — formulamos nós. Qual o resultado do tiro dos carros?

— Na verdade, o exercício não comportava tiro. Você sabe ...

— A unidade vai realizá-lo mais tarde?

Não creio. Este é o único exercício no campo de instrução, onde as condições permitem o tiro real. Mas...

Deixemos o diálogo imaginário de lado. Louvável terá sido a "manobra", porém, a rigor, a tal unidade de carros fez simplesmente um deslocamento através do campo, em formação aberta. Ao final, serviria de alvo para o inimigo.

Conhecemos as características dos blindados, dentre outras, — ressaltando-se a potência de fogo. Alguém já definiu que o ataque é o fogo que avança.

Rommel, na Campanha da França, em 1940, recomendava aos atiradores de sua divisão blindada que abrissem fogo antes que o inimigo o fizesse.

A rigor, o blindado é uma "arma ambulante", é um engenho protegido por uma couraça e capaz de se deslocar rapidamente em terreno variado, para levar seu poder de destruição ao interior e à retaguarda das linhas inimigas e isso ele o faz manobrando e atirando.

Um dos princípios de emprego de blindados é o da Massa, isto é, em formação mais ou menos compacta, que atuará como irresistível aríete. Para tal, entre outros quesitos, necessitam-se meios de comunicações, especialmente rádio. De escotilha aberta é perigoso combater, difícil transmitir ordens através de bandeirolas ou à viva voz, dadas as distâncias e o barulho dos motores e explosões das armas. Daí, a importância das Comunicações.

Pode-se, então, concluir, que o blindado é um sistema-de-armas — possui armamento variado (metralhadora, canhão ou míssil), é manejado por uma pequena guarnição, altamente especializada, capaz de avançar, recuar, flanquear e estacionar, sempre buscando a melhor situação para o tiro, em ligação ininterrupta com os escalões interessados, através de modernos meios de comunicações.

Na cúpula da cadeia administrativa que adquire, equipa e mantém os blindados está o Departamento de Material Bélico, com suas Diretorias de Armamento e Munição, de Moto-mecanização, etc., das quais o blindado é uma síntese.

Alguns países adotam a denominação de sistema-de-armas para seus blindados, entre eles a República Federal da Alemanha. Assim, existem o Waffensystem Leopard, Marder, etc.

Remontando ao título do presente trabalho, apresentamos as seguintes idéias:

— blindado não é somente um tipo de viatura, mas um sistema-de-armas;

— tão importante quanto “rodarem” é fazer os blindados atirarem;

— blindado sem Comunicações é um monstro às cegas;

— blindado é tão material bélico quanto o Departamento que o gerencia, na cúpula da cadeia administrativa;

— sendo um sistema-de-armas, merece nomes, como já os têm os nossos modernos Urutu e Cascavel, orgulho da indústria nacional e fruto de tanta dedicação por parte de uma plêiade de engenheiros com e sem farda.

— A unidade das Forças Armadas é instrumento essencial a serviço do Brasil de hoje.

(MIN. ORLANDO GEISEL)

Os Projéteis Nucleares e sua Fabricação

Artigo publicado na Revista GUIÓN,
Jan 75, n.º 392
Autor Gen LUIZ CARRERAS GONZALEZ
Traduzido pelo Ten Cel Art QEMA
MARIO DOS SANTOS ANDRÉ

As oito horas do dia 18 de maio de 1974, a Índia surpreendia o mundo inteiro efetuando a sua primeira explosão nuclear, no deserto de Rajasthan, com uma potência que se calcula de 10 a 15 megatons e que teve lugar sob a superfície da terra, já que a Índia é um dos países que firmaram o Acordo de Moscou, de dezembro de 1963, pelo qual são proibidas provas nucleares na atmosfera, sobre a superfície ou sob a superfície das águas, permitindo-se somente provas subterâneas. A Índia se converteu, assim, na sexta potência nuclear, após os Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China Continental.

A história das explosões nucleares iniciou-se a 16 de fevereiro de 1945, data da primeira explosão no campo de experiências de Alamogordo, Estado do Novo México, Estados Unidos, à qual prontamente se seguiram as tristes e famosas explosões nucleares de Hiroshima e Nagasaki, a 6 e 9 de agosto do mesmo ano, e que com seus impressionantes efeitos obrigaram o Japão a render-se e assim terminar a Segunda Guerra Mundial.

Oito anos mais tarde, em maio de 1953, teve lugar no atol de Eniwetok, no Pacífico, a primeira explosão de um projétil mais potente ainda, a chamada bomba H, de hidrogénio, termonuclear porque para a sua iniciação são neces-

sários milhões de graus de temperatura; a bomba H colocava os Estados Unidos em posição de absoluto privilégio quanto à potência nuclear disponível.

Exatamente quatro anos depois de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1949, a União Soviética efetuava a sua primeira explosão nuclear. Em 13 de outubro de 1952, a Inglaterra efetuava provas nucleares secretas nas ilhas de Monte Pello, a noroeste da Austrália; a 13 de fevereiro de 1960, a França explodia a sua primeira bomba de plutônio ao Sul de Reggan, no deserto de Sahara, e a 16 de outubro de 1964, a República Popular da China detonava seu primeiro explosivo nuclear na região do deserto de Taklamakan, na província de Sinkiang. É certo que a explosão chinesa efetuou-se com uma bomba de urânio enriquecido e não de plutônio, o que demonstrava a existência na China de uma tecnologia muito mais avançada do que se se supunha.

O fato de que a explosão realizada pela Índia haja causado surpresas é devido a ser o primeiro país não industrializado e considerado subdesenvolvido que se permite ao luxo de possuir projéteis nucleares, os quais até aquela ocasião estavam reservados aos países ricos e industrializados.

É muito difícil dominar a tecnologia nuclear e muito dispendioso fabricar a bomba? Há muitos países que possuem reatores de pesquisa nuclear e centrais elétricas nucleares e como não se pode dizer que há uma tecnologia para o átomo militar e outra para o civil, pode-se deduzir que há vários países que possuem a técnica suficiente para fabricar projéteis nucleares, já que seguramente passaram pelas fases prévias de um esforço intenso na pesquisa e exploração dos conhecimentos sobre combustível nuclear que podem existir no país, instalação de centros de pesquisa ou física nuclear, tratamento dos minerais e obtenção de alguns elementos necessários como moderadores, refrigeradores, etc.

A explosão nuclear pode ser obtida de dois modos (a bomba de Hiroshima foi diferente da de Nagasaki): um relativamente fácil, utilizando o elemento chamado plutônio,

obtido artificialmente das próprias pilhas atômicas; e outro, muito mais difícil, utilizando o chamado urânio enriquecido. A razão dessa dificuldade, e do conseqüente aumento do custo, estriba-se em que para a operação de enriquecimento do urânio há necessidade de se dispor de uma técnica muito avançada e de reações de grande firmeza nuclear para resistir ao ataque do hexafluoreto de urânio, único composto gasoso deste metal do qual se pode separar os dois isótopos; as membranas utilizadas nesta separação por difusão gasosa, apresentam problemas que somente estão ao alcance de serem resolvidos pelos países muito industrializados; a estagnidade dos circuitos e os trabalhos a baixíssimas e elevadíssimas pressões supõem uma empresa de tal envergadura que apenas três ou quatro países do mundo são capazes de realizar.

A bomba de plutônio é relativamente fácil, ainda que o tratamento deste metal, que se extrai das barras de urânio enriquecido irradiadas pelos neutrões nas pilhas atômicas, só se possa fazer em fábricas muito especializadas, devido sua obtenção exigir precauções constantes quanto a alta toxicidade e sua própria irradiação; uma milionésima grama fixada nos ossos do corpo humano é mortal.

Por outro lado, para que um país possa ter a sua bomba H deverá contar com uma bomba de urânio enriquecido a 94% a fim de que a explosão desta possa servir de iniciação à verdadeira bomba H. Esta é a razão de ser da fábrica de Pierrelatte, na França, que trabalha para enriquecer o urânio de bomba H francesa.

Que elementos são necessários para fabricar uma bomba nuclear? O fundamental é dispor do combustível nuclear suficiente para chegar a reunir a chamada massa crítica, que é a massa suficiente para que a reação em cadeia alcance um valor elevado e produza a explosão. A massa crítica do urânio enriquecido, com um refletor espesso de urânio puro é de 15 kg, a de plutônio é de 6 kg, a de califórnio é da ordem de algumas dezenas de gramas, o que permitiria obter um projétil nuclear do tamanho de uma bala de revólver, mas há uma impossibilidade material pois a quantidade de califórnio

atualmente sintetizada em reatores especiais, com elevado fluxo de neutrões, não excede as 5 gramas.

O comércio destes produtos — urânio e plutônio — realiza-se a nível de Estado, com controle rigoroso por parte da Agência Internacional Atômica, com sede em Viena.

Ademais, o combustível nuclear para a bomba de urânio necessita de uma fonte de neutrões que pode estar formada por sais de rádio com berilo em pó. No caso do plutônio há suficientes neutrões emitidos pela fissão espontânea do isótopo 240, sempre presente.

Quanto a maneira de efetuar a explosão, no dispositivo clássico de aproximação, a tomada do fogo consiste em se lançar uma contra a outra duas semi-esferas de urânio 235, de massas inferiores à crítica. A reunião brutal dessas esferas cria uma outra de massa superior à crítica cujo fluxo de neutrões desencadeia a reação explosiva. Nas bombas de plutônio, este dispositivo não dá uma segurança absoluta já que o plutônio é mais reativo que o urânio. Prefere-se, neste caso, o dispositivo de implosão: a matéria físsil apresenta-se sob a forma de uma esfera oca de massa subcrítica rodeada de explosivos químicos. A tomada de fogo dos explosivos reduz brutalmente a esfera oca a uma massa compacta acima do valor crítico. Inicia-se, então, a reação em cadeia, também, por injeção de neutrões do próprio plutônio.

O bom funcionamento da bomba exige uma grande precisão no momento em que as cargas fracionadas entram em contato e na posição da fonte de neutrões. A reação em cadeia pode verificar-se prontamente e, pelo calor, dispersarem-se os ingredientes sem que haja tido tempo de formarem-se suficientes neutrões para manter a reação. Este foi um dos segredos da bomba que vários anos de estudo deslindou.

Os países que possuem projéteis nucleares realizam numerosas provas e existem muitas razões para explicar o motivo das mesmas. Não há uma bomba; há uma grande diversidade delas que se diferenciam pelo princípio da detonação, pela natureza da carga e dos ingredientes que entram na sua

Como a explosão dos projéteis nucleares produz a contaminação do ar, os países que firmaram o Acordo que proibia estas provas realizam-nas subterraneamente; porém, estas experiências são muito dispendiosas. Nas conferências sobre desarmamento e as conversações chamadas SALT para a limitação de armas estratégicas, uma das questões mais debatidas é precisamente a garantia de que não se cumpre o acordado e se realizam provas clandestinas. Os britânicos e os americanos propõem o estabelecimento de comissões de controle que possam inspecionar a todos, porém a Rússia se opõe terminantemente a esta inspeção.

Cabe perguntar-se: pode-se detectar com segurança, a milhares de quilômetros, uma prova nuclear subterrânea apesar das argúcias para dissimulá-la?

Os russos asseguram categoricamente que sim, mas os demais o duvidam. Uma explosão nuclear na atmosfera provoca perturbações radioelétricas, cria uma onda de choque, engendra uma fonte de calor intensa e libera resíduos radioativos. Todos estes fenômenos são mais ou menos detectáveis; detectores de pressão, sensíveis ao décimo de milímetro de mercúrio, descobrem a milhares de quilômetros de distância a onda expansiva da explosão. Detectores de infravermelho descobrem as fontes do calor; aviões e estações terrestres reconhecem a poeira radioativa levada pelos ventos procedentes dos desertos da Sibéria ou de Nevada. Desta forma, a análise dos resíduos radioativos permite aos físicos descobrir a natureza e, inclusive, a potência das bombas em experiência.

As explosões subterrâneas são, também, fáceis de descobrir pois, ainda que não emitam uma radiação infravermelha importante, desencadeiam micromarés. Mas como distinguir, por meio de um sismógrafo, as ondas emitidas por uma explosão nuclear das provocadas por terremotos naturais? É certo que existem tremores de terra monstruosos, facilmente identificáveis já que sua potência equivale à explosão de milhares de megatons. Mas excetuando-se estes fenômenos excepcionais, a terra é agitada frequentemente por microssismos que o homem não percebe, mas os equipamentos mais

sensíveis sim. As estações sismológicas do mundo inteiro captam cada ano milhares de sismos de mediana ou pequena importância, que se superpõem em um "ruído de fundo" contínuo, que constitui vida em nosso planeta. Por eles, distinguir uma explosão nuclear dos tremores de terra parece uma ilusão. Se uma explosão de cem quilotons sob uma cobertura de granito provocar um sismo de magnitude média reconhece-la entre mais de uma centena de sismos desta magnitude, naturais, que se produzem cada ano é impossível. Se a prova é de um quiloton, mais de dez mil tremores de terra desta magnitude agitam nosso planeta todos os anos.

Pode-se atenuar a explosão em terrenos mais flexíveis que o granito pondo-se a bomba em uma cavidade de formigão vazia. Há, contudo, uma diferença sensível entre uma tormenta e uma explosão nuclear: a bomba estoura em todas as direções; as ondas de compressão partem do epicentro e se repartem uniformemente ao seu redor. Um sismo possui sempre direções privilegiadas. Certas ondas partem do epicentro e outras se dirigem em direção a ele. Não se trata de uma explosão, mas de um movimento. Modernamente dispõe-se de sismógrafos ultra-sensíveis que não estão constituídos, como nos tempos passados, por enormes massas metálicas de dezenas de toneladas, mas que pesam somente alguns quilogramas. A reserva de combustível nuclear para a fabricação destes projéteis é uma das questões que têm que se levar em conta ao tratar da possibilidade de sua realização. É natural que os países que têm seus próprios conhecimentos de urânio tenham menos dificuldades. O plutônio, como se sabe, não se encontra no estado natural e somente se obtém como subproduto das centrais nucleares. Calcula-se que no ritmo de construções previsíveis para estas centrais, até 1990 haverá suficiente plutônio para fabricar 23.000 bombas.

Quanto às necessidades de urânio, a crise atual do petróleo tem obrigado quase todos os países que não o possuem a empreender uma carreira desenfreada para a obtenção de energia nuclear e, por isto, as minas de urânio estarão submetidas a um esforço de produção, pois necessita-se passar das

19.000 toneladas atuais, por ano em todo o Globo, a 5.000 em 1980, 100.000 em 1985 e 180.000 em 1990. Para o final deste século as necessidades mundiais acumuladas alcançarão três milhões de toneladas de metal. Porém, de onde se obterá esta riqueza? O urânio, como todas as matérias-primas, é limitado e por ele ter-se-á que buscar-se um substituto, pois sem dúvida alguma, um dia ou outro, os países produtores proporão ao mundo o mesmo que em fins de 1973 propuseram os países produtores de petróleo e que tão graves consequências trouxeram para a economia mundial.

*— O primeiro princípio para conduzir a razão
consiste em partir de uma premissa verdadeira,
precavendo-se contra a precipitação e a prevenção.*

(DESCARTES)

Orientação aos Futuros Comandantes

INTRODUÇÃO

O presente artigo destina-se a orientar os Oficiais que se preparam para a honrosa missão de Comandar. Trata-se de um artigo que contou com a colaboração de vários companheiros, particularmente instrutores e Comandantes de Unidades e visou sobretudo dar àqueles Oficiais os conhecimentos necessários à fase preparatória do exercício do Comando. Na sua elaboração, levou-se ainda em conta que ao assumir um Comando o Comandante também assume a responsabilidade pelo patrimônio da Unidade.

DESENVOLVIMENTO

a. Autorização para assumir o Comando

Designado Comandante, o Oficial deve ligar-se ao escalão superior ao qual ficará diretamente subordinado, solicitando autorização para assumir o seu posto e sugerindo a data da assunção.

Isto deverá ser feito pessoalmente ou pelo meio de comunicação mais apropriado, caso o Oficial não esteja servindo nas proximidades do escalão superior.

b. Data de Assunção do Comando

Recebida a autorização, liga-se então ao Comandante que vai substituir, informando-o do dia que pretende assumir

o seu novo posto. Esta ligação deverá ser feita com antecedência e quando da mesma com escalão superior.

(Consultar o Art. 235, Cap. IV, do R/2. O Decreto nº 61.476, de 05 Out 67, dá nova redação ao Art. 235 — BE nº 43, de 27 Out 67).

c. Cerimônia

A cerimônia de passagem de Comando é regulada pelo Art. 237, Cap. IV, do R/2 e pelas Normas estabelecidas pelo escalão superior, na área.

d. Boletim

Deverá ser feito um Boletim pelo novo Comandante e que será lido no ato da posse. Este Boletim será distribuído ao escalão superior e internamente à Unidade.

A numeração deste Boletim é a seguinte ao do Boletim, datado do mesmo dia, do Comandante substituído.

Dele constará:

- assunção do novo Comandante;
- delegação de autoridade, se for o caso; e,
- se continuam ou não as ordens em vigor.

No último Boletim do Comandante que sai deverá constar a Portaria de nomeação do novo Comandante e a de exoneração do antigo, se já não tiver sido publicada.

e. Participação

Após o ato de posse, o novo Comandante deverá participá-lo às seguintes autoridades, segundo a organização do Comando em cujo território sua Unidade estiver sediada:

- Ministro do Exército, para o Gabinete em Brasília.
- Estado-Maior do Exército;

- Comandante do Exército;
- Comandante da Região Militar;
- Comandante da Brigada ou AD;
- DGP, DEC, DGS, DEP, DMB, DMov; e
- Comandantes de Unidades do território do Exército a que ficar subordinado.

f. Ligação com as Autoridades Cíveis

As autoridades locais deverão ser convidadas para a cerimônia de assunção do Comando, por aquele que vai ser Substituído, após seus nomes serem levados à consideração do escalão superior.

O novo Comandante poderá fornecer ao Comandante que sai uma lista das pessoas que deseja sejam convidadas para a sua posse. Tanto os nomes de civis como os de militares de outras Forças ou de Postos Superiores ao do Escalão imediatamente superior ao do Comando considerado deverão ser submetidos à apreciação do escalão superior.

Caberá ao novo Comandante visitar as autoridades que comparecerem à cerimônia de sua posse e que julgar necessário, a fim de agradecer-lhes a presença.

g. Procedimento Relativo à Administração

1) O novo Comandante deverá assistir a última "prestação de contas" do Comandante que deixa o cargo, marcada em data próxima à passagem de Comando. Participam da "prestação de contas" os seguintes oficiais:

- Comandante (ordenador de despesas);
- Subcomandante (facultativo);
- Fiscal Administrativo (Assessor de Coordenação e Controle);
- Tesoureiro (Encarregado setor financeiro, de contabilidade e de Pessoal);

- Almoxarife (encarregado setor aquisição e/ou serviço);
- Aproveisionador (encarregado setor aquisição e/ou serviço).

2) Um roteiro prático para a “prestação de contas” é o seguinte:

a) Documentação necessária:

(1) com o Ordenador de Despesas:

- 1ª via do Processo de Prestação de contas (64 e 80) do mês.

(2) Com o Fiscal Administrativo:

- Fichas de registro contábil do mês considerado.

(3) Com o Tesoureiro:

- Máquina de somar;
- Fichas de registro contábil do mês anterior;
- PPC do mês anterior;
- Arquivo das notas de provisão recebidas;
- Arquivo dos repasses recebidos.

(4) Com o Almoxarife:

- 2.ª via PPC do mês.

b) A prestação de contas deve ser realizada em duas partes, a saber:

1.ª Parte: Prestação de contas dos recursos orçamentários (conta 64):

- 1.ª fase: verificação do processo e das despesas realizadas.
- 2.ª fase: verificação da situação de crédito.
- 3.ª fase: verificação da situação de numerário.
- 4.ª fase: relatório.

2.^a Parte: Prestação de contas dos recursos extra-orçamentários e internos (conta 80):

Em princípio, seguirá a mesma rotina estabelecida para a Conta 64 (1.^a Parte), respeitados os modelos de fichas específicas e seus títulos autorizados.

c) Conclusão:

Trata-se, na "prestação de contas", de verificar a existência dos créditos e numerários da Unidade, através:

- da conta bancária;
- dos documentos comprovantes de despesas efetuadas;
- outros documentos necessários.

Esta verificação abrange as verbas orçamentárias e extra-orçamentárias.

3) data da remessa de documentos:

- Demonstrativo mensal à ISFEX da região, à DAF e a DGEF (até o dia 5 de cada mês)
- Processo de prestação de contas (até o dia 20 de cada mês) à ISFEX da Região
- Radiograma à região, informando o movimento do mês relativo às verbas do FOMEx (1.^o dia do mês)
- Radiograma à DS, informando o movimento do mês relativo à verba de rancho (1.^o dia do mês)
- Radiograma aos demais Departamentos e diretorias informando o movimento do mês, quando a Unidade receber verba de outras diretorias ou departamento (1.^o dia do mês)
- Demonstrativo sintético ao ECS (até o dia 10 de cada mês)
- Boletim de Quantitativos (até o dia 5 de cada mês)

4) Alguns conselhos úteis:

- Ao término do ano financeiro, se existir despesa empenhada e não paga, por falta de término de serviço ou fornecimento de material, em hipótese alguma aceite carta de crédito, ou faça depósito em conta bloqueada, ou tire cheque visado para posterior pagamento;
- Coloque as despesas em restos a pagar, como manda o figurino; é a única maneira de não se ter dor de cabeça ou preocupações;
- Não admitir empenho de despesas para ser pago por verbas a receber;
(É necessário que haja crédito na Unidade para haver o empenho);
- Não admitir "caixa-baixa";
(se houver, cortá-la no mesmo dia).

5) Procedimento Relativo à Carga e Escrituração:

- Determinar às Subunidades e Almoxarifado que participem a situação relativa à Carga e Escrituração;
- Esta prescrição é feita com base nos n.os 34 e 35 do art. 32 do R/3;
- Certificar-se, dentro dos primeiros 30 dias de seu Comando ou chefia, do estado da Escrituração e da carga, das condições do aquartelamento e das instalações da Unidade (art. 36 do R/3);
- Para um exame detalhado da situação do material, aplicar o disposto no Título III do anexo — Normas para a Execução da Contabilidade nas Unidades Administrativas.

6) Documentação:

- Convém rever com cuidado, antes de assumir o novo posto, as Normas Regulamentares abaixo:
- Arts. 21, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 58, 61, 62,

- 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 104, 105, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159 do R/3;
- Portaria n.º 63m, de 27 Jan 55 (BE n.º 6, de 5 Fev 55), em especial o art. 71, letra "c";
 - Dec.-lei n.º 200;
 - Portaria n.º 10-DGEF (11 Mai 72);
 - A importante atuação do Administrador (DGEF) Ago 72;
 - O Ordenador de Despesas (DGEF);
 - Instruções para permissão de Uso de Imóveis e Instalações (NE n.º 3.752, de 29 Dez 72) — Extinção CeSo;
 - Portaria Ministerial n.º 219-GB, de 19 Jan 71 e Portaria Ministerial n.º 14-DF, de 24 Jan 72;
 - Instruções para Acompanhamento Financeiro;
 - Portaria Ministerial n.º 382-DF, de 22 Nov 71;
 - Portaria Ministerial n.º 391-DF, de 3 Dez 71;
 - Lei n.º 5.787, de 22 Jun 72 (LRM);
 - Dec. n.º 70.771, de 28 Jun 71;
 - Dec. n.º 70.772, de 28 Jun 72;
 - Dec. n.º 70.773, de 28 Jun 72;
 - Dec. n.º 71.312, de 6 Nov 72;
 - R/6 — Regulamento de Adm Financeira, Contabilidade e Auditoria do Exército (Licitações, etc.);
 - Títulos II e III do Anexo I — Normas para a Execução da Contabilidade nas Unidades Administrativas (1er, em especial, o Título II — Contabilidade Financeira, do anexo).

Subsídios para um Manual de Tiro ao Alvo

Maj Art QEMA
RONALDO MARCELLO A. MARTINS

VI PARTE

O presente trabalho pretende dar continuidade aos que já foram publicados com o mesmo título em números anteriores desta revista, visando auxiliar a formação do atirador de armas curtas. Este trabalho foi baseado no original Basic Pistol Marksmanship Guide, publicado pelo Exército dos EUA.

I — DISCIPLINA MENTAL

O atirador não deve pensar que é o único a sofrer de “pressão de competição”; basta olhar ao redor, todos sofrem. Aquele que nunca teve este problema, nunca pensou ter condições de vencer a prova. Qual é a diferença? Qual é a linha divisória entre o campeão e o perdedor? Durante os treinos, os dois podem somar pontos comparáveis. Contudo o campeão está sempre na primeira linha do boletim oficial das competições enquanto o outro está, invariavelmente, na segunda página. A linha divisória é clara e óbvia: a faculdade ou a falta de habilidade em controlar seus pensamentos. *Disciplina mental*. Alguns aprendem a controlar suas emoções e ansiedades e atuam de acordo com suas reais possibilidades. Outros, mesmo com anos de expe-

riência e também com uma boa quantidade de dúvidas e pensamentos negativos, se "autopressionam", excluindo-se voluntariamente da competição toda vez que assumem seus postos na linha de tiro.

A. Para evitar o efeito da pressão de competição, é necessário antes, encontrar suas causas.

Isto porque, sem conhecer os fatores negativos, nunca será possível combatê-los. A "pressão de competição" é o resultado direto do medo do fracasso ou da perda da autoconfiança. Será obrigatório vencer? Se estas fossem as causas reais, o atirador não teria vontade de vencer ou de atuar bem e, em consequência, não haveria "pressão". Na realidade ele não tem medo de vencer, pelo contrário, tem é medo da derrota. O que traz de volta o receio de atuar mal e de que seus adversários reparem nisto.

O que acontece, fisicamente, com o atirador quando ele sujeita-se a toda esta ginástica mental? Em primeiro lugar e de forma mais aparente, ele treme. Deixa cair os carregadores, ajusta sua luneta para o alvo errado, etc. Em resumo, comete uma série de erros primários, o que normalmente não ocorreria. É o resultado direto de preocupações, de interferências psicológicas inúteis. Além disso, sofre uma falta de fôlego que aumenta seu ritmo de respiração, suas batidas cardíacas dobram. Tudo isto faz pressentir que será impossível imobilizar a arma razoavelmente, muito menos atirar bem. Piorando ainda mais o quadro, tem a sensação de que todos estão percebendo o seu nervosismo e os seus erros. No entanto, seu adversário, o vencedor, parece calmo e alegre.

B. Vantagens da "pressão de competição".

Muitos sentidos se tornam mais aguçados. Tendo em vista o que vai fazer, sua visão melhora, seu tato fica mais sensível (é por isso que o gatilho parece mais duro durante uma competição. Na realidade nada mudou, apenas o ati-

rador tem mais noção da sua existência). Sente o tempo passar de uma maneira mais consciente. Caso o leitor não acredite, basta recordar a ansiedade que o assalta pouco antes de disparar o último tiro de uma série em Pistola Standard ou Tiro Rápido. Tudo isto somado deve tornar o atirador mais cuidadoso, objetivando melhorar seu desempenho. Isto é verdadeiro para os campeões que atiram melhor quando em competição do que em treinos. Contudo, só estes fatos não bastam — apenas, eles podem melhorar o desempenho, se empregados com acerto. Eles também podem reduzir os pontos se não forem identificados em tempo pelo atirador que nota apenas que suas miras estão desalinhadas, que seu agrupamento está se dispersando. Isto o fará hesitar ao comprimir o gatilho, fazendo com que tente imobilizar sua arma além do tempo. De fato, ao tentar manter a imobilidade (sustando a respiração para tanto), não só o fluxo de sangue oxigenado diminuirá, como também sua capacidade de bem focalizar as miras, o que fará com que os erros passem despercebidos. O resultado será um tiro disparado, com péssimo alinhamento das miras, um tiro que ele pensará ter sido bom e não o será. Qual o efeito disto sobre a “pressão de competição”? Certamente ela não diminuirá. A solução é o controle mental, que transformará tudo isto em vantagens adicionais.

C. Como controlar estes fatos?

Em primeiro lugar, o atirador deve ter certeza de que eles podem ser controlados e usados em seu benefício. Os campeões aprenderam a controlar-se a tal ponto, que os seus resultados, quer em competição, quer em treinos, não variam. O campeão aprendeu a controlar seus pensamentos. Aqui está, portanto, a primeira premissa: “Isto pode ser controlado”.

Ninguém pode controlar a “pressão de competição” e atirar bem, usando álcool ou drogas como remédio. É evidente que ambos podem inibir alguns sintomas da pressão:

ao fazê-lo, também estarão inibindo o atirador em outros setores, o que torna um bom tiro impossível. Há estórias acerca daquele atirador que ganhou a prova mas estava tão embriagado que teve de ser levado até seu posto. Resta saber qual foi sua classificação no campeonato.

1 — *Confiança*. Durante anos o atirador vem ouvindo que se tivesse confiança melhoraria seu tiro. Confiança em quê? Como adquiri-la? Em primeiro lugar é imprescindível que ele tenha confiança nos princípios fundamentais que está usando. Nada poderá minar com mais eficiência a tentativa de realizar algo se ele lançar-se à tentativa com idéias mal definidas acerca de como realizar o tiro. Ele deve crer e de preferência provar a si mesmo que o alinhamento das miras é muito mais importante que a "imagem de pontaria". Acreditar que uma cadência correta e que sua habilidade em executá-la é o melhor remédio contra a ansiedade. Os princípios fundamentais foram testados e sua validade foi comprovada ao longo dos anos. Eles não vão mudar durante a prova. Estes princípios devem e merecem ter o crédito de todo atirador.

Ter confiança em si mesmo e na sua habilidade em pôr em prática os princípios fundamentais. O atirador já provou que sabe como utilizá-los durante os treinos. É só fazer o mesmo na competição. Para aqueles que são tímidos e hesitantes, tudo é impossível, apenas porque assim parece ser.

2 — *Pensar Positivamente*. "Posso e vou fazê-lo", e o atirador conseguirá. Contudo, tão logo ele admita a menor chance de fracasso, o que colocará em sua mente um fator inibitório que o impedirá de devotar todas as suas energias ao trabalho, seu sucesso estará comprometido. Já foi dito inúmeras vezes que um atirador de pistola deve ter uma mente aberta. Isto implica em dizer que ele deve receber bem novas idéias. Isto é verdade, porém uma mente totalmente aberta absorve tudo às cegas. Tal como uma criança o faz, o que não é desejável. O que é necessário é uma mente

aberta para pensamentos positivos e fechada para quaisquer outros de natureza negativa. Todo atirador já ouviu centenas de vezes: "não puxe bruscamente o gatilho". Esta frase é verdadeira e correta, contudo ela é negativa, e a mente não deve estar ocupada com material deste tipo. Mais vale tê-la cheia de métodos e modos de obter um disparo repentino. É bem mais vantajoso pensar da seguinte forma: "vou aplicar pressão constante, firme e diretamente para trás, enquanto eu fizer isto poderei manter o alinhamento até que o tiro sala".

3 — *A análise e correção positivas devem ser completas e no bom sentido.* Por exemplo, uma péssima série em tiro livre, causada pela tentativa de imobilizar a arma durante muito tempo. Neste caso, a correção positiva é completa: Como fazê-lo? Pressionando mais e com maior determinação o gatilho, quando se começa a disparar. Isto é positivo e trará resultados. Agora, o atirador deve comparar as duas proposições abaixo: "Não imobilize por muito tempo." — "Aplique uma pressão constante e determinada desde o início, isto lhe dará um disparo mais rápido e, sem dúvida, de surpresa".

Em resumo. A grande maioria só analisa e corrige pela metade. Analisando-se e corrigindo-se mas deixa-se que esta correção seja negativa, ao invés de torná-la positiva. Este método de análise, deixando que a correção seja negativa, praticado por muito tempo, enche a mente de dúvidas e ansiedade, não deixando espaço para a autoconfiança.

Todos, quase sem exceção, tentamos descobrir o que fazem de errado quando atiram mal. Contudo, quantos não conseguem reconhecer até hoje as grandes vantagens de analisar por que ou quando atiram bem. Há uma forte tendência no sentido de simplesmente aceitar como dados os bons resultados, alegrar-se e pensar como seria bom se pudesse fazer assim com mais frequência. Nisto reside um grande erro. Simplesmente porque uma boa atuação, quer dizer que os princípios fundamentais foram bem usados.

A análise dos bons resultados deve ser feita com mais atenção do que a análise dos maus. Que princípios fundamentais foram mais importantes durante este tiro? No que estava pensando? Como se controlou o gatilho? Não se deve abandonar esta excelente oportunidade de gravar na mente a maneira correta de atirar. Se o atirador consegue um dez num dado tiro e não sabe o que fez para chegar lá, é muito difícil conseguir repetir o feito.

D. Sugestões práticas.

1 — *Canalizar o pensamento nos princípios fundamentais.* O atirador deve revê-los mentalmente sem interrupção. Treinando-se de modo que, tanto quanto possível, estes princípios sejam executados automaticamente, sem esforço deliberado de sua parte. Quando conseguir isso, só terá de se preocupar com o mais importante deles — o alinhamento das miras. Isto lhe permitirá, por exemplo, colocar todo o seu esforço mental e físico na obtenção e manutenção de alinhamento enquanto, fruto do treinamento, sua empunhadura, posição e controle do gatilho se farão automaticamente.

2 — *Habituar-se a pensar no seu desempenho em vez de pensar nos resultados.* Usando esta técnica, um 7 ou um 8 serão tiros nos quais o atirador permitiu-se um desvio, esquecendo um princípio, e não tiros que subtrairão 2 ou 3 pontos de seu resultado global. Deve ficar tranquilo. É só fazer o que sabe na linha do tiro que os pontos se somarão por si.

3 — *Não se preocupar com aqueles que dizem: "Não use a luneta".* Que vantagem há nisso? Se o atirador está numa prova de tiro lento, deve usar a luneta a cada dez tiros. Ou será que acha que deve se poupar de alguma coisa? Um bom resultado não deve assustá-lo. É exatamente para isso que ele está no seu posto. Que valor terá um 98 em tiro lento, se ele não tem a "garra" para continuar? Aprender a usar

a luneta para os fins a que ela se destina: conferir a sua atuação e regular a arma. Usar a luneta como instrumento auxiliar na análise, não para contar os pontos. Não deve pretender ignorar qual é a soma de pontos, se durante uma série de dez tiros tiver apenas 3 nove. A luneta deve ser usada para avaliar o produto final de sua atuação.

4 — *Trabalhar cada tiro individualmente.* Ou cada série de tiros no caso do tiro a 25 metros. Os tiros devem ser trabalhados assim, pois, na realidade, não há razão alguma para crer que se o primeiro disparo foi um oito, todos os outros também o serão. Não será lógico pensar que todos os tiros serão "10" só porque os 3 primeiros impactos atingiram a mosca. Cada tiro, individualmente, é uma mera consequência da sua habilidade em usar os princípios fundamentais. E esta sua habilidade variará consideravelmente se o atirador permitir.

5 — *"Predeterminação" mental.* Este é o maior trunfo. Mediante o simples expediente de percorrer mentalmente todas as operações corretas necessárias para se disparar (imediatamente antes de fazê-lo), convencendo-se a fazer tudo corretamente, o atirador virtualmente elimina, *a priori*, qualquer possibilidade de falha durante a execução. Deve ter a certeza de que se não encarar seu tiro com um plano em mente, ou sem aquela autodeterminação de atirar bem, chova ou faça sol, o máximo que ele obterá será um série sofrível de pontos. O atirador, a esta altura, já se convenceu de que é importante concentrar-se no alinhamento das miras. Uma maneira muito eficiente de treinar isto, consiste em sentar-se, fechar os olhos e imaginar a mira anterior e posterior, sem o alvo. Tente fazer isto agora. A maioria verifica que é difícil manter o alinhamento, mesmo mentalmente. Contudo ao fazer este exercício, o atirador estará se condicionando a aceitar o fato de que as miras devem estar alinhadas. Como resultado, será mais fácil alinhá-las no *stand*. Esta técnica dá excelentes resultados se praticada à noite, antes de dormir.

6 — *Estabelecer uma rotina.* A rotina cria a monotonia. O que é a monotonia? É a falta de excitação. Mas o que é que o atirador está querendo fazer? Não se excitar!

Ao estabelecer uma rotina, ele elimina a possibilidade de esquecer algum detalhe insignificante da preparação. Exatamente aquele detalhe que poderá levá-lo a perder a calma, perturbar-se e prejudicar-se, caso se esqueça dele numa competição.

7 — *Manter-se calmo.* Desde o momento em que acorda. Nada perturbará mais ao atirador, que se levantar apressadamente, ter de engolir o café da manhã, sair correndo para o estande e chegar lá na hora de assumir o posto. Se isto acontecer, os pontos em tiro lento estarão comprometidos a partir do terceiro sinal vermelho de trânsito que o atirador pegar. Calma, atirar é uma distração, aproveitar o tiro é uma técnica.

8 — *Desenvolver a tranquilidade mental.* A maioria dos atiradores já deve ter visto aquele companheiro que perde a calma sempre que dá um tiro sofrível. Estes indivíduos, que se encolerizam, estão apenas se castigando, por terem vacilado durante a execução do tiro. Eles sabem que, se tivessem trabalhado um pouco mais, o tiro seria bem melhor. Por outro lado, se tudo é feito corretamente e o tiro não sai bom, por uma razão ou por outra, não há porque irritar-se. Embora um bom atirador dedique todo o seu esforço físico e mental para obter bons resultados, por vezes isto não ocorre. Deve ser ressaltado que se tal acontecer e o atirador se autopunir ou cair em depressão, ele estará reduzindo enormemente suas chances de atuar bem durante o resto da competição. Isto não quer dizer que deve encarar levianamente uma atuação fraca mas sim, que deve ter a mente preparada para aceitar o bom e o mau resultado.

9 — *Experiência de competições.* Sem dúvida é um dos ingredientes necessários para se chegar a ser um bom atirador. Contudo, só experiência não tem valor. Ela deve ser

aprofundada com uma avaliação correta e honesta dos resultados finais. É necessário uma certa prática de controle mental. Não é fácil o controle da mente e pode muito bem ocorrer que o atirador deixe-o fora de seu treinamento até o dia em que sua habilidade de atirar normalmente seja prejudicada por condições adversas. Talvez o principiante devesse ouvir ao receber uma pistola pela primeira vez: "Esta é a mira anterior, esta a posterior, você terá de treinar sua mente, seus olhos e sua mão no sentido de mantê-las sempre alinhadas".

10 — *Condições físicas.* Não há dúvida de que o atirador realizará melhores tiros, se suas condições físicas forem boas. Por exemplo, a sua habilidade em imobilizar a arma não é maior que a capacidade que os músculos de seus braços têm de se manter flexionados sem tremer ou ceder ao peso. Sua capacidade de suportar a pressão e a ansiedade é diretamente proporcional as suas condições físicas. Ele deve levar em consideração que a sua ansiedade será bem menor se ele tiver incluído no seu treinamento uma parte dedicada à preparação física.

11 — *Não deixar-se dominar pelo subconsciente.* Lutar contra ele e vencê-lo. Ao lerem isto muitos atiradores se surpreenderão com pensamentos como este: "Sim, tudo isto pode dar certo para o fulano, mas eu vou falhar assim que tiver uma oportunidade de vencer". De onde vêm idéias como esta?

O seu consciente recalcou coisas deste tipo para o subconsciente.

Não será fácil, livrar-se disto. O subconsciente está condicionado há muito tempo. Só lhe resta não ceder, combater e recondicionar o mesmo em outro sentido.

12 — *Até agora foram ressaltados os aspectos positivos da disciplina mental.* Contudo, não se deve esperar resultados imediatos. Não há remédio seguro para assuntos como este. Também não existem segredos. Tudo o que se ganhar

será resultado de trabalho árduo. Se o elemento descobrir que só consegue se controlar por pequenos períodos, deve trabalhar no sentido de estender a duração destes períodos.

13 — *Deve-se fazer mais do que apenas atirar durante os treinos.* Contar seus tiros e analisar suas falhas. Sem raciocínio e planejamento de pouco vale disparar muitos tiros. O Memento do Atirador será de grande valia. É bobagem atirar demasiadamente. Uma vez atingido o ponto a partir do qual os resultados começam a cair não adianta prosseguir. O atirador deve manter anotações criteriosas de seu progresso. Se ele não anotar seus pontos, em breve só se lembrará dos bons resultados. Deve tentar treinar com um companheiro. Atirar sozinho, induz à negligência.

14 — *Quando houver problemas de "gatilhada", usar o tiro em seco misturado com munição real.* Assim, cedo o atirador estará pressionando o gatilho sem saber o que está na câmara. Quando o percussor atingir um cartucho vazio, ele poderá ver a sua gatilhada e eliminá-la. Se conseguir um disparo de surpresa a cada vez, seu problema será rapidamente reduzido a um mínimo.

15 — *Descansar os olhos.* Repousar a arma na banquetta e dar uma olhada na paisagem. Principalmente para o verde.

16 — *Nunca disparar depois de pressentir que alguma coisa está faltando,* no seu esforço para criar as condições necessárias a um bom tiro. Um tiro comprometido é algo a ser evitado.

17 — *Ter sempre à mão um livro com as regras a serem seguidas.* Estudar estas regras. A maioria já deve ter assistido a muitas discussões a respeito de regras. No final nenhum dos contendores tinha razão. Este livro de regras poderá, muitas vezes, evitar excitação e dar ao atirador e a sua equipe alguns pontos a mais. Contudo não se deve tentar vencer a competição com as regras.

18 — *Aprender a aceitar as normas do estande.* Estas normas podem variar de estande para estande. Seja na velocidade com que os eventos se dão, seja na maneira de realizar uma operação. O atirador necessita criar uma rotina que lhe permita fazer face a estas variações. Por exemplo, alimentar seu carregador antes de verificar seus pontos. Isto lhe dará mais tempo para examinar o alvo e não terá de se apressar quando ouvir a ordem de prosseguir com o tiro.

— *Os mais poderosos fatores da História do mundo são as idéias. E a História do mundo é a história dos grandes homens.*

(WILL DURANT)

